

A moral que prevalece na 2ª turma do STF

Lewandowski faz apologia do político ladrão: 'são da paz'

Para ele, "são réus que não apresentam nenhum perigo à ordem pública"

Ao votar - na terça-feira, 21, em sessão da 2ª turma do STF - por manter soltos o petista José Dirceu e o pepista João Cláudio Genu, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou o seguinte: "São réus que não apresentam a menor periculosidade, não

apresentam nenhum perigo à ordem pública, não quebraram a paz social." Lewandowski é um notório representante do PT no STF, especialista em torcer a lei - como se viu durante o julgamento de Dilma no Senado -, dos modos mais toscos e bizarros, em prol dos interesses de seu grupo. **P. 3**

STF - Nelson Jr



HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.661 24 a 28 de Agosto de 2018



Barbara Muniz Vieira

Aneel autoriza preço da energia a subir até 30%, para inflação de 4%

Arquivo



Cabral recebe a 25ª denúncia pela Lava Jato

O Ministério Público Federal apresentou nesta terça-feira a 25ª denúncia contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (MDB), no âmbito da operação "Lava Jato", por propina nas obras do Maracanã, Metrô, Teleférico etc. **Página 4**

A Aneel autorizou, nesta terça-feira, o aumento da tarifa da conta de energia em seis estados. Os reajustes - que irão atingir residências e indústrias do Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraíba, Paraná e Santa Catarina - variam de 15,73% a 29,86%, todos acima da inflação dos últimos 12 meses, medida pelo IPCA, que ficou em 4,48%. No caso da empresa Elektra, que atende 2,6 milhões de unidades consumidoras localizadas em 223 municípios do interior de São Paulo e 5 do Mato Grosso do Sul, o reajuste médio ficou em 24,42% - um aumento 5,5 vezes maior do que a inflação do período. **Página 2**

João Goulart Filho, "Sem resolver a criminosa desigualdade social, o país não vai voltar a crescer"

"O país só sai da crise se enfrentarmos esta violenta concentração de renda existente hoje no Brasil", afirmou João Goulart Filho, candidato à Presidência da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), nesta quarta-feira, em Campinas, onde realizou uma caminhada no Centro. "Há populações no Brasil com índices de desenvolvimento humano de Serra Leoa", denunciou. **Pág. 3**



Marina: "Foram os investigados da Lava Jato que fizeram essa lei eleitoral desigual"

Marina criticou em Fortaleza a lei eleitoral aprovada por partidos investigados na Lava Jato, dizendo que "eles (incluindo o PT) fizeram de tudo para impedir a sociedade de cumprir com seu objetivo de mudar", ficando com praticamente todo o dinheiro do fundo eleitoral e do tempo no rádio e na TV. **Página 3**

"Andrade" busca voto no Nordeste

A tática do PT de esconder o seu candidato à presidente, Fernando Haddad, dificultou a sua ida ao Nordeste, onde não foi reconhecido por ninguém. Na Bahia, foi chamado de "Andrade" pelos baianos. **Página 3**



Uruguai parou por aumento do salário mínimo

Os trabalhadores uruguaios pararam exigindo aumento de 10% no salário mínimo e elevação do orçamento para a Educação, atendendo à convocação de greve geral da central sindical PIT-CNT. **P. 6**

Pesquisa eleitoral com Lula é enganação do eleitor

Aneel sobe conta de luz até seis vezes acima da inflação

Aumentos autorizados pelo governo variam entre 15,73% a 29,86% em seis estados

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou, nesta terça-feira (21), o aumento da tarifa da conta de luz em seis estados. Os reajustes, que chegam a até quase 30%, irão atingir residências e indústrias do Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraíba, Paraná e Santa Catarina.

Os aumentos são todos acima da inflação dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que ficou em 4,48%.

No caso da empresa Elektra, que atende 2,6 milhões de unidades consumidoras localizadas em 223 municípios do interior de São Paulo e 5 do Mato Grosso do Sul, o reajuste médio ficou em 24,42% - um aumento 5,5 vezes maior do que a inflação do período - sendo 23,20% para residências e 26,75% para indústrias.

O maior reajuste será no Paraná, pela Forcel, com 29,86% de aumento (ou seja, 6,6 vezes maior do que a inflação), sendo 20,51% para residências e 43,78% para as indústrias. Além deste, o estado teve ainda no mês passado um aumento de 15,99% feito pela Copel (Companhia Paranaense de Energia).

A Aneel também autorizou o aumento na Cemar (Maranhão), com média de 16,94%, da Energisa (Paraíba), com 15,73% e Cooperlândia (SC), com o índice de 14,38%.

Para além do aumento na conta de luz das famílias, que já vêm sofrendo com consequentes reajustes (ver Conta de luz aumenta 4 vezes mais que inflação em 6 meses), o impacto para a indústria refletirá diretamente no aumento dos preços para o consumidor. De acordo com a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), as empresas da área de metalurgia, têxtil e de produtos de madeira são as que o reajuste terá maior peso nas despesas, e com isso, "os custos mais altos serão repassados aos valores dos produtos, gerando um efeito em cadeia", diz João Arthur Mohr, consultor da Fiep.

Os reajustes nas altas ocorrem em um dos momentos de maior aperto no bolso do brasileiro, quando o desemprego bate recorde, atingindo mais de 27 milhões de pessoas, conforme os dados

do IBGE divulgados na semana passada.

Essa situação dramática de falta de emprego - ou quando ele existe é precário e com salários miseráveis - está levando as pessoas a deixarem de pagar contas básicas como a de luz. Segundo dados do SPC Brasil, os débitos nas contas como de água e luz subiram 7,6% nos 12 meses encerrados em julho.

E não há nenhum motivo que justifique esses aumentos que não seja espolar os brasileiros. Em meio a uma crise econômica aguda, o setor privado de energia comemora o aumento de seus lucros. Os acionistas do Grupo Energisa, que controla 13 empresas, em 788 municípios em todas as regiões do país, entre elas a Energisa Paraíba, lucraram R\$ 261 milhões no último trimestre de 2017, valor 8 vezes maior que o mesmo período do ano anterior, quando lucrara R\$ 31,6 milhões.

Outro grupo, o Equatorial Energia, conglomerado de empresas estrangeiras que controla a Cemar, a Celpa, e que recentemente arrematou a Cepisa (Piauí) no último leilão da Eletrobrás, teve um lucro de R\$ 509 milhões no quarto trimestre de 2017, duas vezes e meia superior ante o mesmo período de 2016.

Importante destacar também que esses aumentos ocorrem quando o governo traça seu plano de privatização da Eletrobrás, com o leilão de suas distribuidoras. E o argumento é o de que, se não privatizar, a conta de luz vai aumentar.

No entanto, o que temos vistos é exatamente o oposto. Conforme levantamento do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), desde a década de 90, quando geradoras e distribuidoras foram privatizadas as tarifas aumentaram muito: "De 1995 até o ano 2000, [houve] um aumento de 60% acima da inflação. Estendemos os dados até 2004 porque, entre 2003 e 2004 [no governo Lula] ocorreram aumentos de mais de 30% nas tarifas residenciais em apenas um ano". E ainda, a partir de 2015, todos os custos do setor passaram a ser transferidos integralmente à população. Conforme números da Aneel, em 2014, os encargos significavam 6% nas tarifas. Em 2017, essa participação chegou a 16%.

JULIA CRUZ

Monitor do PIB: economia varia 0,3%, mas indústria cai -0,9%

A economia brasileira continua agonizando no fundo do poço. Segundo dados de Monitor do PIB, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados na segunda-feira (20), a atividade econômica, no segundo trimestre deste ano, apresentou variação próxima de zero, isto é, 0,3%, em comparação ao primeiro trimestre de 2018, já descontados os efeitos típicos para o período.

O Monitor do PIB-FGV é considerado uma antecipação do PIB (que é soma de todas as riquezas) calculado pelo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diferente do IBGE, o monitor analisa apenas os seguimentos da atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços.

De acordo com o indicador da FGV, o setor da indústria, principal segmento da economia, en-

colheu -0,9% no segundo trimestre em comparação deste ano, em comparação com o trimestre anterior. A queda da indústria foi puxada pelo item chave deste setor, a indústria de transformação, que apontou queda de -1,1%.

O setor de serviços variou positivamente em 0,4%, para o mesmo período analisado, destacando-se que entre os itens que contemplam este setor, o Comércio apresentou recuo -0,2% e o de Transportes teve queda de -2,2%. O PIB Agropecuário aumentou 0,7%.

Também na comparação do segundo trimestre com o primeiro deste ano, a Formação Bruta de Capital Fixo (isto é investimento que as empresas realizam) apresentou queda de -1,5%, e o item exportação recuou -5,4%. O consumo das famílias apresentou variação positiva de 0,2%.



No interior de SP aumento chega a 24,42% e atingirá 2,6 milhões



Maioria dos autônomos está no comércio de alimentos e em bicos

Ambulantes e trabalhadores 'autônomos' recebem 24% menos do que média geral

A recessão na qual o país está mergulhada desde 2014 empurrou milhares de brasileiros para a informalidade. O problema disso é que além de não ter os direitos trabalhistas assegurados, os chamados "trabalhadores por conta própria" pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recebem 24,4% a menos, em média, que um trabalhador com carteira assinada.

A média salarial no Brasil foi, no segundo trimestre, de R\$ 2.128 - contra R\$ 1.610 de rendimentos para quem trabalha na informalidade. A maior parte desses trabalhadores está ganhando a vida como ambulantes no setor do comércio ou alimentação, ou ainda, vivendo de serviços esporádicos - os chamados bicos - depois de perderem seus postos formais com a explosão do desemprego no país.

O levantamento que revelou esse abismo entre as médias salariais, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad - Contínua) do IBGE, é o mesmo que computou que no país, 23 milhões de pessoas atuavam nes-

sas condições no segundo trimestre de 2018. Isso já equivale a 1/4 de todos os empregados no país.

Na comparação com o mesmo período (trimestre encerrado em junho) de 2014, o número de trabalhadores na informalidade cresceu 13,4%. Sobre o mesmo período do ano passado, o aumento no número de informais foi de absurdos 9,6%.

O coordenador da pesquisa do IBGE, Cimar Azeredo, complementa que em quatro anos, 4 milhões de pessoas com carteira assinada foram para as filas do desemprego, o que em grande parte explica o aumento do trabalho por conta própria. "A informalidade é retrato de um reajuste da economia do país", diz Azeredo. Em apenas um ano, a perda de postos com carteira assinada também foi significativa: menos 497 mil vagas.

"A informalidade é ruim pela falta de proteção social e financeira. O profissional tem de quebrar pedras a cada dia, e se fica sem trabalho, não gera renda e não pode investir. Freia a economia e desestabiliza ainda mais o país", avalia o cenário

Azeredo. Já ouvimos o governo afirmar que o aumento do número de trabalhadores por conta própria representa uma "tendência empreendedora" do brasileiro, o que é uma mentira deslavada.

Segundo o IBGE, 80% dos trabalhadores informais sequer contribui com a Previdência ou possui CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

"Com um volume tão grande de informais no mercado, a desigualdade social e o desequilíbrio de renda tendem a aumentar, reduzindo a produtividade do país. Em um cenário de vacas magras, as empresas cortam custos, e a folha de pagamento é sempre uma das mais afetadas", analisa André Roncaglia, economista da Unifesp em entrevista à Folha de São Paulo.

É assustador também que os maiores níveis de informalidade estejam concentrados nos grandes centros econômicos do país, segundo a pesquisa. São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, tem 9,9 milhões e 2,8 milhões de trabalhadores por conta própria.

PRISCILA CASALE

IEDI: produção manufatureira cresce 1,7% frente à avalanche de importações: 17,7%

Segundo levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) divulgado no sábado (18), enquanto a produção física do ramo manufatureiro avançou 1,7% de abril a junho em relação a igual período do ano anterior, as importações de produtos para o segmento saltaram 17,7% no mesmo período.

Conforme o IEDI, no primeiro trimestre do ano, a produção cresceu 3,9% sobre o mesmo intervalo

de 2017, ritmo inferior ao avanço das importações, cujo registro foi de 11,8%.

O instituto destaca que no segundo trimestre deste ano, os desembarques aumentaram em todas as quatro faixas tecnológicas de acordo com os cálculos do IEDI, e a maior alta nesta sondagem foi a de 21,4% na indústria de média-alta tecnologia, volume puxado pelas compras externas de máquinas e

equipamentos mecânicos (+ 33,5%) e veículos automotores (+ 31,3%).

Insumos que produzem como borracha e plásticos e produtos químicos foram os mais importados de abril a junho, altas de 18,4% e 13,4%, respectivamente. Além de bens de consumo semi e não duráveis, como têxteis, couro e calçados, cujas compras do exterior avançaram 9,8% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Moro diz ao CNJ que Favreto era 'autoridade absolutamente incompetente' para soltar Lula

O juiz federal Sergio Moro afirmou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que a soltura de Luiz Inácio Lula da Silva provocaria uma "situação de risco". O argumento consta do documento apresentado ao CNJ para dirimir dúvidas quanto à sua competência para impedir a conspiração petista. Para ele, Favreto, o militante plantonista, não poderia determinar a soltura porque a autoridade responsável pela prisão não era ele, e sim a 8ª Turma do TRF-4, que julgou a apelação de Lula, confirmando sua condenação e ordenando a prisão.

O CNJ abriu um procedimento para apurar se, no episódio, houve alguma infração disciplinar. Favreto ocupava o plantão do tribunal quando, em 8 de julho, proferiu uma decisão liminar em um habeas corpus determinando que Lula fosse solto, sob o entendimento de que havia um fato novo envolvendo o petista, que era a sua candidatura à Presidência da República.

Na ocasião, Moro mandou a PF não cumprir e proferiu uma decisão contrária mesmo se encontrando de férias. Depois, Gebran Neto também proferiu decisão impedindo a soltura de Lula. "Entendi que estava diante de situação urgente e que cabia a mim, como juiz natural da ação penal e como autoridade apontada, ainda que erroneamente, como coatora, proferir a decisão acima transcrita a fim de informar e consultar o relator natural da ação penal e do habeas corpus acerca do que fazer diante do aludido dilema, tendo, sucessivamente, prevalecido o entendimento de que a prisão não poderia ser revogada, como foi, por autoridade judicial absolutamente incompetente", escreveu Moro.

"Teve ainda o julgador presente que se fosse efetivada a soltura, o relator natural da ação penal provavelmente revogaria a decisão no dia seguinte ao término do plantão, com o que teria que restabelecer a prisão do condenado. Ocorre que isso talvez não fosse tão simples", prossegue o documento de Moro. Sobre ter despachado durante as férias, que foi uma das principais críticas que recebeu por seu ato, Moro afirmou que não estava fora do país, informação que circulou na ocasião. "E fato que o julgador estava de férias, em Curitiba (e não fora do país, como falsamente foi divulgado por alguns agentes políticos)", disse.

Itaú lidera o ranking dos bancos com maior lucro

A safra do lucro dos balanços dos bancos no 2º trimestre do ano demonstra resultados insensatos, com percentuais de lucratividade muitas vezes maior do que a inflação do período. A rentabilidade em torno de 20% também desafia a razão.

A soma do lucro cinco maiores bancos, no trimestre, foi de R\$ 21,27 bilhões ou maior em 15,3% do que o lucro obtido no segundo trimestre do ano passado. São eles Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Itaú ficou com o maior lucro no total de R\$ 6,24 bilhões, ou 3,8% acima do lucro do segundo trimestre de 2017. O Bradesco atingiu R\$ 4,52 bilhões com 10% de aumento na mesma base. Já o Santander registrou um lucro de R\$ 2,97 bilhões com aumento desmedido de 29,5% sobre o mesmo período do ano passado.

O Banco do Brasil com R\$ 3,13 bilhões e a Caixa Econômica Federal com lucro de R\$ 3,46 bilhões, divulgado por último, na segunda-feira (20) completam o resultado consolidado.

Esses resultados para os bancos repetem uma constante sucessão de lucros, que atravessam anos seguidos, mesmo

nestes últimos quatro anos de estagnação da economia, na verdade, recessão aberta em 2015 e 2016.

E seguem na contra mão do encolhimento geral da economia, especialmente da indústria, do assombroso desemprego e da queda na renda das famílias.

Os dois bancos estatais vem funcionando com a mesma lógica dos bancos privados, seguindo a visão estrábica das políticas neoliberais do governo. Ao invés de se colocarem como moderadores do mercado, entram cobrando tarifas tão abusivas quanto, praticam taxas de juros nos mesmos patamares, e assim, por diante.

Se é assim, para que existem? Para os Gedeis da vida fazerem sua corrupção? Não há melhor meio de desmoralizá-los.

Mais recentemente, o Banco do Brasil vem sendo detonado, com vistas a sua privatização. Fechou centenas de agências, promoveu demissões em massa, inclusive com o Planos de Demissões Voluntárias. Obtém assim lucro imediato, mas perde participação de mercado, deixando o terreno livre para os concorrentes privados.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@ig.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Filho de Jango fez campanha em Campinas “A desigualdade social no Brasil é criminosa”, afirma João Goulart Filho

João Goulart Filho, candidato à Presidência da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, na quarta-feira (22), em Campinas, que “o país só sai da crise se enfrentarmos esta violenta concentração de renda existente hoje no Brasil”. “Há populações no Brasil com índices de desenvolvimento humano de Serra Leoa, na África, enquanto alguns bilionários desfilam de iates e jatinhos, sem pagar imposto”, denunciou o presidenciável. “É uma desigualdade social muito grave. Um verdadeiro crime contra o povo. Sem enfrentarmos essa situação, melhorando os salários e as aposentadorias, não haverá crescimento econômico”, acrescentou.

João Goulart caminhou pelas ruas centrais de Campinas acompanhado de lideranças sindicais, comunitárias e políticas locais, além de candidatos à Assembléia e Câmara Federal. Ele cumprimentou diversos campineiros e anunciou aos moradores da cidade que pretende dobrar o salário mínimo e quatro anos. “Vamos investir fortemente no mercado interno. Assim as empresas poderão vender e aumentar a produção. Com isso, estaremos enfrentando o grave problema do desemprego que infelicitou mais de 27 milhões de pessoas, segundo o IBGE”, destacou o filho de Jango, que também dobrou o salário mínimo quando foi Ministro do Trabalho de Getúlio. “Quando o meu pai dobrou o salário em 1954 diziam que o país não aguentaria. Não só aguentou, como o Brasil cresceu vigorosamente”, lembrou Jango Filho.

O candidato do PPL denunciou a especulação e a drenagem de recursos para o sistema financeiro e disse que, se for eleito, vai baixar os juros. “Não é mais possível que sejam destinados R\$ 400 bilhões para pagamento de juros, enquanto faltam recursos para a educação, a saúde e a segurança pública”, avaliou João Goulart. “Temos que ter taxas de juros no patamar dos juros internacionais, que estão em torno de 0,5%”, disse ele.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

S. C.

Marina rebate FH: “foi excesso de malignidade que levou o Brasil para o fundo do poço”

A candidata da Rede à presidência da República, Marina Silva, criticou em Fortaleza a declaração de Fernando Henrique Cardoso (PDSB) ao jornal “O Globo”, segundo a qual faltaria “malignidade” a Marina para ganhar as eleições.

Ela retrucou: “Foi o excesso de malignidade que levou o Brasil pro fundo do poço, com 13 milhões de desempregados, com a corrupção endêmica e sistêmica que desviou bilhões da Petrobrás, fundos de pensão, da Caixa, Banco do Brasil, BNDES”. Para Marina, “cheguei a hora de dar lugar pra benignidade na gestão pública, ter relações benignas entre dinheiro público e gestão pública, entre iniciativa privada e Estado”.

Ela declarou ainda que manter o nome de Lula nas pesquisas de intenção de voto “fragiliza muito o processo de

decisão dos eleitores”. Condenado em segunda instância e preso desde abril, ele terá o registro de sua candidatura à presidência indeferido pela Justiça Eleitoral com base na Lei da Ficha Limpa.

“A lei deve ser observada por todos. Ninguém está acima da lei numa democracia e não se pode ter dois pesos e duas medidas”, afirmou na terça-feira (21), durante visita a Recife (PE).

Marina também criticou a lei eleitoral, aprovada por partidos investigados na Operação Lava Jato, dizendo que “eles (incluindo o PT) fizeram de tudo para impedir a sociedade de cumprir com seu objetivo de mudar”, ficando com praticamente todo o dinheiro do fundo eleitoral e do tempo de propaganda no rádio e na TV.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

PF interroga Temer sobre a propina em que R\$ 6 milhões foram para Skaf

A Polícia Federal enviou a Michel Temer um questionário com 20 perguntas, interrogando o presidente acerca de detalhes sobre a negociação que ocorreu entre executivos da Odebrecht, Temer e o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, no Palácio do Jaburu, onde foi firmado um acordo que envolveu R\$ 10 milhões em propinas ao PMDB em troca de favorecimento à empreiteira em decisões do governo.

O questionário foi enviado a Temer no dia 7 de agosto pelo delegado Tiago Delabary, responsável pelo inquérito que investiga o acerto visando o aporte de recursos da Odebrecht, via caixa dois, para a campanha eleitoral do partido em 2014. Parte da propina (R\$ 6 milhões) foi para Paulo Skaf, candidato do partido ao governo de São Paulo derrotado naquele ano – que volta a concorrer ao mesmo cargo em outubro, com o apoio de Temer.

De acordo com informações do portal G1, Temer afirmou que a Odebrecht não lhe fez “nenhuma reivindicação”, muito embora ele tenha reconhecido que o encontro no Jaburu de fato ocorreu. Em uma das perguntas, o delegado escreve:

“Alguns executivos da Odebrecht afirmaram, no âmbito de seus respectivos acordos de colaboração premiada que, em meio à segunda rodada de concessões de aeroportos, receberam do ministro Moreira Franco solicitação de apoio financeiro à campanha do PMDB, o que teria redundado na disponibilização de 4 milhões de reais pela construtora, em recursos não contabilizados. Vossa Excelência foi destinatário de alguma fração desses valores?”. A esta questão, ele respondeu: “Não tenho a menor ciência do aporte desses recursos”.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Para Lewandowski, “corrupto não é um perigo à ordem pública”

Roberto Stuckert Filho/PP



Com Gilmar e Toffoli, Lewandowski forma o trio da impunidade no STF Com inclusão de Lula, a pesquisa é falsa

O que existe de mais falso nas pesquisas eleitorais que acabaram de sair é a inclusão de um elemento que não é candidato, como se candidato fosse.

Todo mundo sabe que Lula está preso. Todo mundo sabe que ele foi condenado por receber propina da OAS – um triplex à beira do mar em Guarujá – para facilitar e encobrir o assalto à Petrobrás. Todo mundo sabe que, por isso, na 13ª Vara Federal de Curitiba, o juiz Sérgio Moro sentenciou-o a 9 anos e 6 meses. Todo mundo sabe que ele recorreu à segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Todo mundo sabe que o TRF-4 aumentou a sua pena, condenando-o a 12 anos e um mês pela propina do triplex e por lavagem de dinheiro roubado.

Portanto, Lula não é candidato, porque a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135) determina que os condenados em duas instâncias (na expressão da lei: “condenados por órgãos colegiados” – como é o TRF-4) são inelegíveis por oito anos.

Todo mundo também sabe que a Lei da Ficha Limpa, produto de um movimento popular, foi aprovada por unanimidade pelo Congresso, assinada pelo presidente da República – que chamava-se Luiz Inácio Lula da Silva – e julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Somente na pantomina do PT, Lula é candidato. Ou seja, sua “candidatura” é uma fraude, uma

“Não podemos ficar reféns de um jeito. Não adianta vestir Haddad de Lula”, diz Wagner

O ex-ministro Jaques Wagner (PT) afirmou, na terça-feira (21), que não adianta querer vestir Fernando Haddad de Lula “porque ele não é Lula”. Candidato ao Senado pela Bahia, durante visita da caravana petista ao Estado ele também reforçou a tese de que o partido deve defender uma ideia, pois as pessoas “vão votar num jeito”.

“Não adianta querer vesti-lo (Haddad) de Lula. Ele não é o Lula, como a Dilma não era. Cada um tem o seu jeito. As pessoas dizem: ‘Você seria melhor’ (como plano B). É que meu jeito é mais parecido (com o de Lula). Mas não sei se é bom ser igual. Acho bom que seja alguém diferente, que aposte na renovação. Nós não podemos ficar reféns de um jeito. A gente tem que defender uma ideia”, disse Wagner.

Ciro: ‘insistindo em Lula, PT projeta uma fraude’

O candidato do PDT à Presidência, Ciro Gomes, criticou a insistência do PT em manter Lula como candidato ao Palácio do Planalto. “A cúpula do PT está projetando uma fraude, usando a boa fé do nosso povo, gente boa que é grata ao Lula”, afirmou o candidato na terça-feira (21), durante caminhada em Guarulhos (SP).

Com base na Lei da Ficha Limpa, Lula ficou inelegível depois que foi condenado em segunda instância por ter recebido um apartamento triplex no Guarujá, litoral paulista, como propina da

zombaria do povo ou uma tentativa de infringir mais uma vez a lei e desrespeitar a Justiça – mas ele não é candidato.

Então, se é assim, qual o sentido de colocar o nome de Lula em uma pesquisa eleitoral?

O efeito é, obviamente, deformar o resultado da pesquisa.

Somente para exemplificar:

Vamos imaginar que, nas eleições de 1930, disputadas entre Getúlio Vargas – cujo candidato a vice era João Pessoa, governador da Paraíba – e Júlio Prestes, algum instituto de pesquisa colocasse o Padre Cícero entre os candidatos a presidente. Imagine-se, então, o efeito dessa falsa candidatura do Padre Cícero na pesquisa no eleitorado da Paraíba (onde Getúlio teve 76% dos votos).

E claro que o resultado seria inteiramente deformado.

[Com uma diferença importante: o padre Cícero nunca foi condenado – muito menos em duas instâncias da Justiça, e muito menos preso – por roubo.]

Assim, colocar Lula em uma pesquisa eleitoral é, simplesmente, falsificá-la.

Somente para frisar esse aspecto: o verdadeiro candidato do PT, Haddad, tem apenas 4% das preferências na última pesquisa Datafolha, que tem uma margem de erro de 2 pontos percentuais. Esse é o eleitorado do candidato do PT – pelo menos, segundo o Datafolha.

Não é o único problema dessas pesquisas. É evidente que o contingente de pessoas que, pelo menos por

enquanto, não pretendem votar, está falseado. Daí a diferença, nesse contingente, entre a pesquisa “estimulada” e a “espontânea”.

Por exemplo, na última pesquisa Datafolha, nada menos que um terço dos pesquisados (33%) declarou que não tinha interesse algum nas eleições presidenciais.

No entanto, na pesquisa “estimulada” (aquela em que se mostra um disco com os nomes dos candidatos ao pesquisado) apenas 14% não escolheram candidato algum.

Ao mesmo tempo, essa porcentagem dos que não têm candidato sobe para 55% na pesquisa “espontânea” (aquela em que apenas se pergunta em quem o pesquisado pretende votar).

Algo semelhante ocorre na última pesquisa Ibope: no resultado “estimulado”, a parcela dos que não pretendem votar, ou não se decidiram, é 22%. Na pesquisa “espontânea”, isso sobe para 49%.

E evidente que a “estimulação” está servindo para esconder a abstenção, que foi 20% nas últimas eleições presidenciais (mais exatamente, 19,4%).

Se foi assim em 2014, pode-se prever que será maior em 2018 – e as razões para isso são tão óbvias, que nos dispensamos de entrar nelas.

O efeito dessa subestimação dos que não querem – ou ainda não se decidiram a – votar é a inflação das porcentagens de alguns candidatos, sobretudo daquele que não é candidato.

E, notemos, a campanha eleitoral nem começou.

C. L.

Com essa declaração, ele defendeu manter soltos Dirceu (PT) e Genu (PP), condenados por corrupção e lavagem de dinheiro

Ao votar – na terça-feira, 21, em sessão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) – por manter soltos o petista José Dirceu e o pepista João Cláudio Genu, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou o seguinte:

“São réus que não apresentam a menor periculosidade, não apresentam nenhum perigo à ordem pública, não quebraram a paz social.”

Lewandowski é um notório representante do PT no STF, especialista em torcer a lei – como se viu durante o julgamento de Dilma no Senado –, dos modos mais toscos e bizarros, em prol dos interesses de seu grupo.

Esse “fundamento” para manter fora da cadeia Dirceu e Genu – dois ladrões do dinheiro público, sobre os quais não pairam dúvidas a respeito de sua culpa – é típico da moralidade petista, e, por consequência, da teoria jurídica (cáspite!) de mesmo cunho. Fazer política e roubar são a mesma coisa. Não foi isso o que Lula disse (“eles [os procuradores da Lava Jato] não sabem como é fazer política”)?

Dirceu foi condenado, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a 30 anos e 9 meses de cadeia por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Ficou provado, pelas transferências de dinheiro e pelas confissões – inclusive dos donos da Engevix, sem qualquer “delação premiada” – que Dirceu recebeu R\$ 15 milhões (quinze milhões de reais) em propinas, oriundas do sobrepreço e superfaturamento imposto à Petrobrás. Um dos repasses de propina montou a R\$ 1 milhão.

Por isso, foi condenado, em primeira e segunda instâncias. Segundo a jurisprudência aprovada três vezes pelo STF, a condenação em segunda instância demanda a sua prisão para cumprimento da pena.

Mas foi exatamente isso que o trio da segunda turma do STF – Lewandowski, Dias Toffoli e Gilmar Mendes – atropelou: a lei e o Supremo.

Além disso, Dirceu instalou, em conluio com a quadrilha de Sérgio Cabral, um esquema de corrupção nos fundos de pensão das estatais, através de seu chefe de gabinete, Marcelo Sereno, também secretário nacional de comunicação do PT.

Quando a João Cláudio Genu – que, com o falecido deputado Janene (PP-PR), controlava a diretoria de Abastecimento da Petrobrás (através de Paulo Roberto Costa) – foi condenado, também em primeira e segunda instância, por corrupção passiva e associação criminosa.

Genu recebeu R\$ 3 milhões (três milhões de reais) em propinas, no assalto à Petrobrás.

O TRF-4 condenou-o a 9 anos e 4 meses de cadeia, que, também, já deveria, segundo a jurisprudência do próprio STF, estar cumprindo.

Porém, Lewandowski – e seus cúmplices na segunda turma do STF, Dias Toffoli e Gilmar Mendes – considera que Dirceu e Genu “são réus que não apresentam a menor periculosidade, não apresentam nenhum perigo à ordem pública, não quebraram a paz social”.

Deveriam, portanto, receber uma medalha por roubar o povo.

CRIMES

Dirceu foi condenado, especificamente, por receber propinas da Engevix nos seguintes contratos da Petrobrás:

- 1) Contrato para construção dos módulos 2 e 3 da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, em Linhares, Espírito Santo.
- 2) Contrato para obras na unidade de propeno, na Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná.
- 3) Contrato para obras nas unidades de recuperação de enxofre e de tratamento de gás na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, São Paulo.
- 4) Contrato para obras de implementação das tubovias e interligações da carteira de diesel da Refinaria Landulpho Alves, no Recôncavo Baiano.
- 5) Contrato para a execução de obras na “unidade de reforma catalítica” da Refinaria Presidente Bernardes.

As propinas para Dirceu foram comprovadas por dezenas de repasses de dinheiro da Engevix.

Esses repasses continuaram, inclusive, quando Dirceu estava na cadeia, condenado pelo caso denominado “mensalão”. Isso fez o juiz Moro, que o condenou em primeira instância, escrever:

“O mais perturbador; porém, em relação a José Dirceu de Oliveira e Silva consiste no fato de que recebeu propina inclusive enquanto estava sendo julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal a Ação Penal 470, havendo registro de recebimentos pelo menos até 13/11/2013. Nem o julgamento condenatório pela mais Alta Corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa, embora em outro esquema ilícito. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente.”

IMPUNIDADE

No último dia 27 de junho, o trio petucano da segunda turma do STF – Lewandowski, Toffoli e Gilmar Mendes – concedeu habeas corpus “de ofício” (ou seja, sem que a defesa solicitasse) para soltar José Dirceu.

A proposta foi de outro petista, o ex-advogado de Lula, Dias Toffoli, atropelando, inclusive, um pedido de vistas do ministro Luiz Edson Fachin (v. [Tripé do crime no STF solta Dirceu, Genu e livra Paulo Bernardo](#)).

Toffoli, como já dissemos aqui, foi funcionário de José Dirceu durante anos, como assessor jurídico da liderança do PT na Câmara, advogado de três campanhas de Lula e subchefe para assuntos jurídicos do próprio Dirceu, quanto este era ministro da Casa Civil.

Mas não achou que estava impedido ou era suspeito para soltar Dirceu.

O pretexto do trio para soltá-lo foi que havia “plausibilidade” em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde corre um “recurso especial” da defesa, poderia reformar a “dosimetria” da sentença (isto é, os anos a que Dirceu foi condenado).

Toffoli, Lewandowski e Gilmar Mendes não discutiram a culpabilidade de Dirceu, até porque sabem que nem o STJ nem o STF podem abordar tal questão.

Estranhamente (ou não), o trio não explicou porque Dirceu não poderia esperar o julgamento do “recurso especial”, pelo STJ, na cadeia.

Acontece que o “recurso especial” sobre a pena não existe mais, desde o último dia 8 de agosto, quando o TRF-4 não o admitiu (um “recurso especial”, ao STJ, somente pode ser apreciado por este se o tribunal de segunda instância o admite).

O TRF-4 admitiu apenas a parte do “recurso especial” em que Dirceu recorre quanto à quantidade de dinheiro que tem de devolver, daquilo que roubou.

Foi exatamente isso o que disse, na terça-feira, o ministro Celso de Mello, decano do STF, que – com o ministro Fachin – votou contra a manutenção da soltura de Dirceu e Genu: “Admitiu-se apenas em pequena extensão o recurso especial, no que diz respeito à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados”.

Portanto, a “plausibilidade” alegada por Toffoli, e aprovada por Lewandowski e Gilmar Mendes, que, supostamente, motivava a soltura de Dirceu, não existia mais na terça-feira, nem mesmo formalmente.

Pois, apesar disso, o trio manteve Dirceu – e Genu – soltos.

Segundo Gilmar Mendes, o problema é que “no Brasil, às vezes, inusitada é a ignorância dos próprios parâmetros que usamos”.

Mendes não tem razão. No país, não há ignorância – nem dúvida – sobre os seus parâmetros para soltar corruptos. Bastaria a sua intimidade com Temer, Barata Filho e outros pais da pátria.

Quando a Toffoli, fez uma justificativa do “habeas corpus de ofício” concedido a Dirceu e Genu: “esse tipo de concessão veio do Código de Processo Penal do Império”.

Trata-se de uma injustiça. No “Código de Processo Criminal” (Toffoli errou o nome) do Império não há uma palavra sobre soltar corruptos e criminosos usando um “habeas corpus de ofício”.

O pessoal daquela época era escravagista, mas não era idiota.

C. L.

Vacinação contra pólio e sarampo ainda não atingiu metade da meta

Falta de política pública e cortes no orçamento fizeram taxa de vacinação contra a poliomielite cair de 98,2%, em 2015, para 77%, em 2017

Ao final chegar à reta final da campanha nacional de vacinação contra a poliomielite e o sarampo, apenas metade das crianças, público-alvo da campanha foram vacinadas. Somente 51% da meta foi alcançada de acordo com balanço divulgado pelo Ministério da Saúde.

Iniciada em seis de agosto, o objetivo era vacinar, até o dia 31 deste mês, 11 milhões de crianças de um ano a menores de cinco anos, inclusive aquelas que estão com a carteirinha de vacinação em dia. Mas, a meta estabelecida está longe de ser alcançada.

A avaliação entre membros do governo é que a adesão à campanha ainda está abaixo do esperado. Em algumas capitais, vários postos ficam vazios ou com poucas filas. Só para o dia D contra o pólio e o sarampo, no último sábado (18), por exemplo, a expectativa do governo era atingir ao menos 60% do público-alvo.

Neste ano, a campanha de vacinação é "indiscriminada", ou seja, mesmo crianças que já foram vacinadas no passado devem receber novas doses. O objetivo reforçar a imunização e criar uma barreira de proteção contra o sarampo, doença que vem registrando avanço no país.

Desde fevereiro, já foram confirmados 1.237 casos. Outros 5.731 ainda estão em investigação. A maioria ocorreu em Roraima e Amazonas, estados que registram surtos da doença. Também foram registradas ao menos seis mortes.

O avanço ocorre menos de dois anos após o país receber da Opas (Organização Pan-Americana de Saúde) um certificado de eliminação do sarampo. A situação também trouxe alerta diante da queda crescente nas taxas de coberturas vacinais, o que eleva o risco de retorno de doenças já eliminadas.

Em 2017, o Brasil teve o mais baixo índice de vacinação de crianças em mais de 16 anos. A taxa de vacinação contra o pólio, por exemplo, caiu de 98,2%, em 2015, para 77%, em 2017.

O resultado disso é que, "23% dos quase três milhões de crianças que nasceram ou completaram 1 ano em 2017 não haviam recebido proteção completa contra o vírus da poliomielite, que pode provocar paralisia permanente nas pernas e nos braços", apontou a revista "Pesquisa Fapesp", da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado

de São Paulo (Fapesp).

Isso significa que cresce o risco de o país voltar a registrar casos de paralisia infantil caso ocorra uma reintrodução do vírus e contato com não vacinados, uma situação que não ocorre desde 1990.

Segundo a Fapesp o Ministério da Saúde aposta em cinco razões para a queda de vacinação e o fracasso da última campanha. "A percepção enganosa dos pais de que não é preciso mais vacinar porque as doenças desapareceram; o desconhecimento de quais são os imunizantes que integram o calendário nacional de vacinação, todos de aplicação obrigatória; o medo de que as vacinas causem reações prejudiciais ao organismo; o receio de que o número elevado de imunizantes sobrecarregue o sistema imunológico; e a falta de tempo das pessoas para ir aos postos de saúde, que funcionam das 8h às 17h só nos dias úteis". Esses motivos são os mais mencionados nos monitoramentos feitos em municípios brasileiros em seguida às campanhas nacionais - no estado de São Paulo foram visitados 58 mil domicílios após a campanha de 2017.

O próprio governo aponta as principais causas do baixo índice de vacinação e não adota as medidas necessárias para contornar o problema.

Apenas campanhas publicitárias na televisão não são suficientes para mobilizar a população pela vacinação. Não existe mais acompanhamento da vacinação das crianças nos estados e municípios.

Sem os agentes públicos participarem da vida cotidiana das famílias, não há campanha de sucesso. É preciso estar nas creches, organizar a vacinação por elas, por exemplo, seria uma saída ao horário de atendimento restrito dos postos de saúde. Outra medida simples seria a visitação a casas de agentes de saúde para esclarecer as dúvidas apontadas pela população na pesquisa realizada pelo ministério.

O fato principal é que essa mobilização de agentes públicos para realizar uma campanha nacional de vacinação eficiente demanda recursos que não são disponibilizados e com isso o governo Temer (PMDB) deixa claro que não tem política pública de saúde e nem se importa com o retorno dessas cruéis doenças a vida dos brasileiros, mesmo depois delas já terem sido extintas.

Deputado Márcio Pacheco quer que tarifas da Sanepar sejam discutidas com a população em audiências

O deputado estadual Márcio Pacheco (PPL-PR) protocolou na Assembleia Legislativa do Paraná o Projeto de Lei Nº 416/2018, que visa promover a realização de audiências públicas, para que o povo discuta as revisões das tarifas da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). O objetivo, segundo Pacheco, é oferecer transparência nas decisões da companhia.

"Queremos que o princípio de transparência seja respeitado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar). Por isso, defendemos a participação da população nas audiências públicas para discutir os reajustes da tarifa de água. Afinal, são os consumidores os mais prejudicados com os aumentos

abusivos da conta de água", afirma Pacheco.

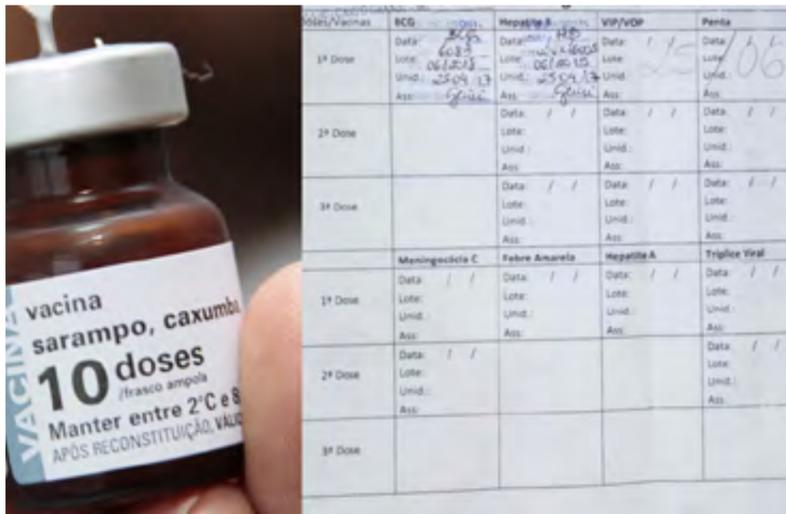
O valor do serviço prestado pela Sanepar em 346 municípios vem subindo mais que a inflação no Paraná. Nos últimos seis anos, o reajuste acumulado foi de 106%.

O projeto apresentado pelo deputado garante que a Agepar deverá divulgar amplamente a realização das audiências nos meios de comunicação dos municípios atingidos pelo reajuste. O deputado lembra ainda que, desde o ano passado, conforme a Lei Complementar Nº 94/2002, a Sanepar passou a ser regulada e fiscalizada pela Agepar.

O projeto de lei apresentado no dia 14 de agosto segue agora para a análise das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Paraná.



"Princípio da transparência deve ser respeitado", disse



MPF apresenta a 25ª denúncia contra Cabral

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou nesta terça-feira (21) a 25ª denúncia contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (MDB), no âmbito da operação "Lava Jato". O MPF acusa a organização criminosa de Cabral de receber propina na obras de urbanização do Complexo do Alemão, da construção do lote um do Arco Metropolitano, da reforma do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e da construção da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro.

Todas as propinas seriam pagas pela empreiteira Odebrecht. A denúncia é baseada nas provas recolhidas nas operações Calicute, Eficiência e Tolyteutes, realizadas pela força tarefa da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Os procuradores do MPF afirmam que, antes mesmo da publicação do edital de licitação das obras do PAC Favelas, já era de conhecimento prévio quais seriam as empresas vencedoras, havendo um acerto en-



Ex-governador do Rio, junto a Pezão, Paes e Lula

tre elas para que uma não atrapalhasse a outra e para que se desse cobertura em relação às propostas a serem apresentadas. Os pagamentos eram feitos através do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

"Os registros feitos no sistema da Odebrecht (Drousys) e dos colaboradores têm origem absolutamente autônoma e se complementam, na medida em que, em muitas oportunidades, apontam a mesma operação", informam os procuradores que assinam a 25ª denúncia contra o ex-governador.

Sérgio Cabral já foi condenado a 123 anos e 4 meses de prisão na operação Lava Jato, sendo que cinco

sentenças foram assinadas pelo juiz Marcelo Bretas. Na primeira, o emedebista foi condenado há 45 anos e 2 meses, sendo a maior pena imposta em primeira instância em processo ligado à operação Lava Jato; na segunda, recebeu penalidade de 13 anos; na terceira, pena de 15 anos; na quarta, 13 anos e 4 meses; e na quinta, 22 anos e 8 meses.

Além disso, ele foi condenado a 14 anos e 2 meses de prisão pelo juiz Sérgio Moro — decisão que foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS). O ex-governador ainda é réu em outras 19 ações penais da Lava Jato.

Procuradoria Eleitoral pede impugnação da candidatura de Lindbergh Farias PT-RJ

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (PRE-RJ) questionou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a candidatura de Lindbergh Farias (PT-RJ) ao Senado do Rio de Janeiro.

Segundo a Procuradoria, Lindbergh teria que ser enquadrado na Lei de Ficha Limpa porque o Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) reprovou suas contas por superfaturamento, enquanto foi prefeito da cidade de Nova Iguaçu (2005-2010), no Rio de Janeiro.

Pela Lei de Ficha Limpa, os candidatos condenados em órgãos colegiados, a exemplo, os tribunais de contas, ficam inelegíveis por oito anos. O registro de

Lindbergh foi impugnado perante o TCE, com isso, o Tribunal irá notificá-lo para apresentar defesa.

O procurador regional eleitoral Sidney Madruga pediu ao TCE que seja dada, se necessário, a oportunidade de produzir prova testemunhal e documental. A PRE-RJ consultou tribunais superiores e não há decisão cautelar que suspenda a sua inelegibilidade.

Foram julgadas irregulares as contas do petista vinculadas a um ato de dispensa de licitação e a um contrato entre a Prefeitura de Nova Iguaçu e a Fundação Apoio à Universidade do Rio de Janeiro. A licitação foi para uma consultoria no valor de R\$

1,9 milhão. Um superfaturamento de R\$ 198 mil ficou comprovado para o aluguel de vans para comportar as equipes.

Essa não é a primeira vez que o senador se viu alvo de investigações. Em abril de 2017, ele passou a ser investigado no STF pelo recebimento de R\$ 4,5 milhões durante as eleições de 2008 e 2010. O dinheiro teria sido repassado via caixa dois pela Odebrecht. Em contrapartida, Lindbergh teria beneficiado a empreiteira enquanto era prefeito, em contratos do programa Pró-Moradia.

Lindbergh afirmou, em nota, que a denúncia foi realizada por perseguição ao PT.

Após conflitos na fronteira, governo afirma que vai enviar refugiados venezuelanos para outros estados

Após os recentes conflitos ocorridos na cidade de Pacaraima, na região de fronteira Brasil-Venezuela, no último final de semana, um grupo de refugiados venezuelanos chegou à capital de Roraima, Boa Vista.

A direção de um dos abrigos de refugiados informou à Agência Brasil que os imigrantes chegaram em estado de choque, com medo e cansados. Muitos ainda estavam assustados pela perda dos poucos bens materiais, que foram queimados pro moradores da cidade, numa agressão aos refugiados do país vizinho.

O conflito começou após um assalto a um comerciante local, que foi agredido por quatro venezuelanos. Diversos grupos de moradores se dirigiram ao acampamento

dos refugiados na cidade e os expulsaram, destruindo suas pertences e queimando suas roupas. Segundo o Exército, 1.200 venezuelanos voltaram para seu país de origem.

Todos os dias, cerca de 800 venezuelanos chegam ao Brasil após fugirem da situação de miséria e fome no país governado por Nicolás Maduro.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a situação da fronteira se agrava por conta da "inoperância do governo federal", que não tomou providências para a questão dos imigrantes até os acontecimentos do último fim de semana.

Na terça-feira, o governo federal anunciou que vai intensificar o programa de interiorização de venezuelanos de Roraima para outros estados.

Segundo os representantes do governo, cerca de mil imigrantes serão deslocados no próximo período. "A ideia, é que nós tenhamos voos já definidos, programados, sempre aos finais dos meses", disse Viviane Esse, representante da Casa Civil.

FRONTEIRA
A Advocacia-Geral da União enviou ao Supremo Tribunal Federal uma manifestação contrária ao pedido do governo de Roraima para fechar temporariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela.

No documento entregue ao Supremo, a AGU explica que além de ineficaz, o fechamento da fronteira é contrário à ordem jurídica nacional e internacional, uma vez que violaria tratados internacionais aos quais o Brasil é signatário.

A TEIA DA ARANHA DOURADA

Rodrigo Leste

No episódio - 1, um helicóptero carregado de "pó" é apreendido e não dá em nada. Um grupo de amigos realiza um filme que traz à luz esta e outras passagens mal contadas da história do País



O filme dirigido por Alfredo é uma ação entre amigos, duros e desempregados. A ideia é produzir algo que trate de assuntos que a indústria cinematográfica não tem interesse, ou coragem de abordar. A Teia da Aranha Dourada é o título do roteiro de Alfredo, mas a empreitada é democrática, todos dão palpites, e as alterações são feitas sem muitas delongas

A equipe é formada por diletantes. Nenhum deles é profissional do cinema. Começaram a filmar ontem, primeiro de julho, e ficou definido que até o dia trinta, tudo tem que ser feito. Todos concordam que sem dinheiro, um mês é o limite para fechar a produção.

Pasquale é engenheiro, dono de uma firma que presta serviço a grandes empreiteiras. É amigo do pai de Alfredo; deve andar na faixa dos sessenta e tem toda a pinta de vencedor. Disse que topou participar do filme porque tem o desejo secreto de se ver nas telas. "Narciso manda lembranças" - pensou Alfredo. A filmagem está acontecendo no seu escritório, elegante e bem decorado.

— Senador, senador (o ministro fala ao celular no seu gabinete). Calma, devagar com o andor...

— Ministro, talvez o senhor não esteja avaliando bem a gravidade da situação, estou... (ouve-se apenas a voz do senador Cheiroso ao celular)

— ... compreendo perfeitamente. O amigo me conhece. Temos que procrastinar ao máximo. Afobado come cru. Pressa demais em negar sugere culpa.

— A mídia vai bater pesado, esses filhos da puta vão querer me arruinar. (Transtornado o senador Cheiroso tropeça em algumas palavras, fala fino sem querer.)

— Dinheiro, meu caro, dinheiro é sempre a solução, o senhor sabe.

(O ministro fala em tom elegante, pausado, sendo até às vezes, professoral.)

— Este delegado novo da PF precisa vir comer na nossa mão. Ele botou as manguinhas de fora, mostrou as garras, mas está na hora de entrar na nossa folha de pagamento, parar de querer cantar de galo.

— É, podes crer. Tem razão, ministro, vamos abrir o caixa e botar o dinheiro pra trabalhar, isso não é problema.

— Certamente que não (o ministro ri satisfeito). A distribuição do dinheiro mostra a posição de cada elemento na engrenagem. E podemos plantar uma notícia quente, para desviar o foco da mídia. Uma nova operação da PF pode ser deflagrada para abafar esse imbróglio.

— Gaggedo do Paçoça, excelência. Desculpa o termo, mas tudo gagada, incompetência do Paçoça. Já tô por aqui com ele.

— Senador, desculpe, mas não é assim que se faz. O "Paçoça", como o senhor costuma chamar o nobre senador, é seu fiel escudeiro, companheiro de todas as horas. Cometeu um erro, um descuido, mas quem não comete? Não é hora de arranjar um novo inimigo.

— É a raiva, ministro, raiva. Mas o senhor tem razão. Vou tomar um uísque e dar um tempo.

— Está tudo sob controle, senador. Não se exalte à toa. Vou fazer alguns contatos e pôr as coisas em ordem. Não se preocupe.

— Obrigado, ministro.

— Não há de quê, passar bem senador.

— Corta! Corta! — grita Alfredo expressando toda a sua satisfação. — Excelente, Pasquale, excelente. Esse seu ministro tá de arrasar. Dá pra ir pra Hollywood com tanta competência. Jane, que é uma espécie de faz tudo da produção, bate palmas.

Pasquale ordena a Odete, sua secretária, que traga uma garrafa de uísque e copos para brindar com toda a equipe.

Fim do Episódio - 2

Editora Abril faz demissão em massa sem pagar direitos

A Editora Abril demitiu 800 funcionários de uma só vez e entrou com medida para não pagar os direitos trabalhistas. Entre os demitidos estão jornalistas, gráficos e trabalhadores do setor administrativo.

A Editora entrou com um pedido de recuperação judicial faltando apenas um dia para o prazo final de pagamentos das verbas rescisórias, de direito dos trabalhadores. Trata-se de um mecanismo judicial que favorece a empresa na sua reorganização econômica, administrativa e financeira com intermédio da justiça, no português claro, que garante que a empresa possa dar um calote nos trabalhadores e credores, que foi prontamente atendida pela justiça.

Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, explica que se a empresa demite os funcionários, "até o décimo dia tem que pagar as verbas rescisórias. Ali, tinha gente com 10, 20, 30 anos de casa. No dia em que as pessoas iriam começar a receber suas verbas rescisórias a empresa entrou em recuperação judicial, que é uma legislação de proteção às empresas, de forma que as suas dívidas passam a ser jogadas para um plano incerto, e as verbas trabalhistas estão entre elas."

Em assembleia foi montado o Comitê dos Jornalistas Demitidos para acompanhar o caso. Patrícia Zaidan, ex-redatora chefe da revista Claudia, integrante do Comitê, diz que muitos mais que os 800 foram demitidos, uma vez que outros prestadores de serviços também foram desligados da empresa.

"O impacto, no sentido pessoal, foi muito grande porque são 800 funcionários, e muitos outros dependiam de nós. Além dos funcionários, foram afetados prestadores de serviços da Abril como os repórteres, freelancers, colaboradores de texto, então é um número que nem conseguimos calcular de pessoas atingidas", aponta.

Zocchi denuncia o descaso da Editora com o conjunto dos trabalhadores, jogando-os "em uma situação de amargura e desespero, sem nada." Onde "de um dia para o outro se viu sem salário e sem nenhum tostão para poder sobreviver."

"Imagina um trabalhador ir cotidianamente na empresa, passar muitas vezes madrugadas em fechamento e chegar no momento de uma demissão não ter sequer os direitos que o seu trabalho garantiu por lei. É profundamente desgastante para nós termos que brigar com a editora Abril para receber aquilo que nos é de direito. Diria que é um golpe, um calote.", diz Patrícia.

"O que nos causa muita indignação é que os donos, como a própria empresa, ao longo das décadas, acumularam uma fortuna de bilhões e apenas uma pequena fração disso hoje poderia pagar as verbas rescisórias e os direitos de todo mundo que ajudou a construir essa empresa e essa fortuna", complementa Zocchi.

O Sindicato dos Jornalistas e o Ministério Público do Trabalho entraram com uma Ação Civil Pública questionando a demissão em massa. Paulo Zocchi ressalta que um processo de demissão de muitos funcionários deve passar por negociação prévia com as entidades de representação profissional.

Foram fechados 11 títulos de revistas da editora, dentre eles, Cosmopolitan, Elle, Viagem e Turismo, Mundo Estranho e Guia do Estudante.

Na próxima sexta-feira dia (24) está marcada uma reunião entre o Sindicato dos Jornalistas e representantes da Editora sobre o caso.

RODRIGO LUCAS

Metade dos acordos salariais em julho foram sem aumento



O número de acordos e convenções coletivas também diminuíram

Latam anuncia dispensa de 1.300 funcionários para terceirizar setores

A Latam Airlines anunciou demissão de 1.300 trabalhadores para substituir a mão-de-obra direta por terceirizada. O anúncio foi feito na segunda-feira (20). A medida atingirá o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, e o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro.

A empresa, resultado da fusão entre a chilena LAN e a brasileira TAM, afirma que as mudanças estão previstas para a primeira semana de setembro, e vão ocorrer em três setores: de rampa e limpeza (ground handling), de

gestão de equipamentos de solo (exceto aeronaves), e de atendimento a clientes com bagagens perdidas ou danificadas (lost luggage) que passarão a ser de responsabilidade da prestadora de serviços Orbital/WFS, que já assinou contrato.

Para Rodrigo Maciel, presidente do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos (Sindigrú), as terceirizações representam o rebaixamento de direitos dos trabalhadores, e riscos para o setor que não terá uma gestão direta. "Isso é perigoso, pois na aviação algumas decisões precisam ser rápidas, não

podem demorar devido à complexidade do setor".

"Toda a estratégia de terceirização da empresa para reduzir custo por meio da força de trabalho e da precarização das condições trabalhistas irá impactar diretamente na qualidade dos serviços para a sociedade e pode colocar em risco até mesmo a segurança de voo", denuncia o presidente do Sindigrú.

A Latam diz em nota que "estabeleceu um sistema de gestão integrado com a Orbital - WFS para assegurar a eficiência e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.



Medida atingirá os aeroportos de Guarulhos (SP) e o Tom Jobim, no Rio

Audiência aponta que venda da Embraer é ameaça à soberania, tecnologia e emprego

Em Audiência Pública realizada na segunda-feira (20), na Câmara Municipal de São José dos Campos, estudiosos do setor de aeronáutica e engenharia, bem como representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) posicionaram-se contra a entrega da Embraer para a americana Boeing.

A audiência foi convocada pelo MPT em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Sindmetal-SJC) para discutir e envolver a população na compra, anunciada no dia 5 de julho através de um memorando que alega a formação de uma joint-venture (parceria), em que a gigante norte-americana terá o controle de 80% de uma nova empresa a ser criada.

Para o procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, se o comunicado for de fato cumprido, não haverá parceria, mas sim uma compra, pois o controle operacional e de gestão responderá diretamente ao presidente

mundial da norte-americana. "Todo o controle dessa nova empresa que vai explorar a aviação comercial fica com a Boeing. Estamos falando de 100% da gestão pela Boeing e 0% de papel da Embraer na gestão. Numa parceria, junta-se expertise. Os parceiros se unem, desenvolvem e gerem juntos os negócios. Não é isso que as empresas estão anunciando", afirmou.

Os professores Marcos Barbieri, da Unicamp, e Roberto Bernardes, da Faculdade de Engenharia Industrial da USP, vêm estudando essa aquisição e consideram que, "o que está em jogo é a soberania e o futuro do Brasil em termos de ciência e tecnologia, conforme alertou Bernardes. "Todos os grandes conglomerados de aviação e defesa (como é o caso da Embraer) possuem controle nacional. É imprescindível a parceria com o estado", explica Barbieri.

O MPT chegou a notificar o governo Temer,

pedindo que ao menos fossem garantidos os empregos dos funcionários da Embraer, mas sequer isso Temer se comprometeu a garantir. "Estamos falando de extinção para sempre de empregos no Brasil, estamos falando de mais de 26 mil empregos, de R\$ 3,3 bilhões por ano de folha de pagamento. A maior parte dos empregos está em São José dos Campos. Qual será o significado disso para esta cidade?", questionou o procurador Rafael Gomes.

Já o presidente do Sindmetal-SJC e trabalhador da Embraer, Herbert Claros, denunciou que, a Embraer completou 49 anos e vive um de seus melhores momentos, como já disse o próprio presidente da empresa. Então, por que estão querendo vendê-la? Por um único motivo: para atender aos interesses dos donos da Embraer. Mais de 70% das ações são de estrangeiros. A empresa está sendo vendida para atender bancos americanos".

37,1% foram abaixo da inflação e 9,3% tiveram zero de ganho real, segundo a Fipe

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) da USP divulgou nesta quarta-feira, 22, o boletim mensal Mercado de Trabalho e Negociações Coletivas, referente a julho de 2018, também conhecido como "salariômetro", mostrando que 37,1% dos acordos fechados no mês ficaram abaixo do INPC.

Ao todo, somados aos acordos em que o ganho real (acima da inflação) foi zero, nada menos que 46,4% dos acordos não representaram nenhum aumento para os trabalhadores.

A pesquisa é feita com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e do IBGE, segundo os quais a inflação nos últimos 12 meses, até julho, ficou em 3,5%. Se considerarmos o reajuste médio dos salários nos últimos 12 meses, o resultado também é ruim, com 3% apenas acima da inflação. Além disso, o número de acordos que foram iguais à inflação e, portanto, sem ganho real, ficou em 9,3%.

Não apenas o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão no segundo trimestre de 2018, na comparação com o mesmo período do ano passado; também o salário de quem consegue trabalhar está cada vez menor.

Segundo a pesquisa, "o INPC previsto em alta e o baixo nível da atividade econômica dificultarão a volta dos reajustes reais nos próximos meses". Também o professor da Faculdade de Economia da USP e coordenador do salariômetro, Hélio Zylberstajn, aponta para a alta da inflação como um dos fatores, mas ressalta que não é só isso: "O acumulado da inflação deu um salto, praticamente dobrou. E, com a economia parada como está, não há como as empresas darem aumento real aos trabalhadores", afirma.

REFORMA TRABALHISTA

A pesquisa também diferencia os acordos coletivos, celebrados entre trabalhadores de uma determinada empresa e a direção, e as convenções coletivas, discutidas entre toda a categoria e os sindicatos patronais.

Como já havia ficado constatado com dados do primeiro semestre de 2018, o número de acordos e convenções coletivas diminuiu. Novamente essa realidade se comprova, e na comparação de janeiro a julho, este ano teve uma redução de 33% nos acordos frente a 2017.

Grande parte disso é devido à reforma trabalhista - a permissão de colocar o acordado sobre o legislado fez com que patrões e sindicatos patronais quisessem eliminar direitos garantidos anteriormente, e a resistência dos trabalhadores não permite que esses acordos sejam firmados.

Outro ponto em que a reforma trabalhista ataca os direitos dos trabalhadores está na negociação coletiva: ela permite que sejam feitos acordos individuais de salário, sem a participação de sindicato ou qualquer instrumento de representação dos trabalhadores. Assim, não apenas inibiu-se a formação de convenções coletivas, como os acordos gerais por empresa também ficam ameaçados.

Agora, é possível verificar que a maioria das negociações que ficaram abaixo do INPC representam aquelas celebradas com empresas, sem a participação do sindicato. Neste mês de julho, foram 41,9% dos Acordos Coletivos que não conseguiram repor a inflação no período, contra 21,7% das Convenções.

Embora ambos os números sejam muito altos, a pesquisa mostra que em todos os meses, com exceção de junho, o número de Convenções abaixo do INPC foi menor do que o de Acordos.

É esse o resultado da política de arrocho e austeridade. Desde que os cortes na economia começaram em 2014, o número de desempregados começou a aumentar, e salvo alguns meses em que tradicionalmente há mais ofertas temporárias de emprego (como no final do ano, com o aumento no setor de comércio e hotelaria), a quantidade de desempregados e trabalhadores informais só aumenta, enquanto diminui aqueles com carteira assinada. Para quem consegue trabalhar, resta o arrocho.

ANA CLÁUDIA

Crise gera maior precarização do trabalho feminino para suprir renda

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem se dado de forma precária, segundo dados do IBGE e análise do diretor técnico do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Clemente Ganz Lúcio.

Embora tenha existido um crescimento maior delas na participação no mercado de trabalho, elas ainda são a maior parte dos desempregados do país em todas as regiões, sendo 51% do total de desocupados neste 2º trimestre de 2018. Se considerarmos todo o percentual de desocupados (taxa que não inclui as pessoas que pararam de procurar emprego, ainda que não tenham nenhum), são 14,2% das mulheres sem emprego.

"A participação das mulheres neste momento, crescendo mais do que a dos homens,

se deve fundamentalmente ao desemprego de longa duração, estrutural, que tem criado vários obstáculos à inserção no mercado de trabalho", explica Clemente. "Essa entrada tem se dado para suprir a ausência de renda da família e a mulher vem para o mercado de trabalho tendo ocupações extremamente precárias", afirma.

Vale ressaltar também que, considerando toda a força de trabalho nacional, as mulheres também são maioria, com 52,4% daqueles em idade de trabalhar.

De acordo com o diretor técnico, as mulheres acabam fazendo atividades precárias como subempregos, atividades autônomas, trabalho doméstico ou servente e auxiliar. "É essa característica que tem predominado nesse cenário de crise, principalmente pela exigência da renda familiar", garante.

Cresce índice de inadimplentes de contas de água e energia

Com desemprego em massa, brasileiros não estão conseguindo pagar as contas básicas, como de água e luz, diz pesquisa do SPC Brasil. O índice de endividados subiu 7,6% entre julho de 2017 e julho de 2018.

O aumento criminoso nas contas de luz contribuiu para esse elevado índice de inadimplência, onde nos últimos 12 meses a inflação sobre a energia elétrica subiu 18,02%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ÍPCA) cresceu 4,48%.

Entre janeiro e julho, a tarifa da energia elétrica das famílias subiu 13,79%, em média, enquanto a inflação medida pelo IPCA ficou em 2,94%. Ou seja, a tarifa aumentou quatro vezes mais e não teve nenhuma categoria que obteve um reajuste do salário nessa magnitude, no período.

A decisão sobre qual conta deixar de pagar está ligado no percentual de juros cobrados nas diferentes faturas, sendo o das contas ligadas a instituições financeiras

as com juros maiores que os da conta de água e luz, os trabalhadores estão dando prioridade para o pagamento de dívidas dessa ordem.

Ainda assim, mesmo com as pessoas dando alguma prioridade para o pagamento das dívidas financeiras, no mesmo período, as dívidas bancárias, como cheque especial, empréstimos pessoais e cartão de crédito, subiram 6,9%.

Para o gerente do Serasa Consumidor, Gireffe Contini, "o desemprego é a principal variável que eleva o total de inadimplentes no País." A taxa de desemprego no segundo trimestre ficou em 12,4%, segundo o IBGE. Já a economista do Inspere, Juliana Inhasz, diz que "a inadimplência acaba se tornando crônica pelos altos juros. Desta forma, as prestações atrasadas acabam explodindo de valor."

"O jeito é manter algumas contas em dia, enquanto o orçamento está apertado.", diz a economista-chefe do SPC, Marcela Kawauti.

Com Venezuela afundada no caos, Maduro corta 5 zeros da moeda



Filas em Caracas. Ônibus não circularam por dificuldade de estabelecer tarifas

Fundadora das 'Avós da Praça de Maio' morre sem encontrar neta sequestrada pela ditadura

Aos 94 anos e depois de mais de 40 de busca incansável para encontrar a sua neta Clara Anahí, sequestrada pelos genocidas da última ditadura da Argentina (1976 – 1983), faleceu na cidade de La Plata a fundadora do movimento Avós da Praça de Maio, María Isabel de Mariani, conhecida por todos como Chicha. Estava internada há dez dias após sofrer um AVC.

Clara foi sequestrada no dia 24 de novembro de 1976, aos três meses de idade. Na ocasião, sua mãe, Diana Teruggi, foi assassinada com mais três militantes do grupo Montoneros. Oito meses depois, assassinaram o pai da menina.

Durante a procura por sua neta em hospitais, delegacias, entidades sociais, Chicha soube da incipiente existência de Mães da Praça de Maio. Junto com mais 10 outras avós que estavam na mesma procura, fundou em novembro de 1977 a organização Avós da Praça de Maio, da qual foi presidente.

"Nos despedimos com enorme tristeza de quem foi companheira das Avós e atual presidente da fundação 'Clara Anahí'. Uma mulher fundamental no início da busca dos meninos e meninas apropriados pelo terrorismo de Estado e um símbolo da luta pelos direitos humanos", disse a entidade, em comunicado.

Também a saudaram netas e netos recuperados, Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz, outras personalidades de direitos humanos, deputados e senadores nacionais.

Até agora, após 40 anos de intensa luta e pesquisa que incluiu complexos estudos de DNA, as Avós da Praça de Maio conseguiram descobrir a identidade de 128 dos 500 bebês que foram sequestrados durante a ditadura.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Até agora, após 40 anos de intensa luta e pesquisa que incluiu complexos estudos de DNA, as Avós da Praça de Maio conseguiram descobrir a identidade de 128 dos 500 bebês que foram sequestrados durante a ditadura.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.



Chicha Mariani fundadora do movimento das "Avós

dos de DNA, as Avós da Praça de Maio conseguiram descobrir a identidade de 128 dos 500 bebês que foram sequestrados durante a ditadura.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

Em situação que provocou o repúdio da maior parte da sociedade argentina, perto do velório de Chicha a polícia da província de Buenos Aires reprimiu brutalmente centenas de trabalhadores do Estaleiro Río Santiago, que protestavam contra o fechamento que o governo de Mauricio Macri tenta realizar. Vários trabalhadores ficaram feridos e outros foram detidos quando do ato pacífico.

O primeiro dia em que os bancos abriram depois da adoção da nova moeda, o Bolívar Soberano, por sua vez, lastreada na criptomoeda, a Petro, foi de confusão com corridas às agências bancárias, a postos de gasolina e greve de transportes

Com filas nos bancos que ocupavam vários quarteirões, poucos comércios abertos e as ruas quase vazias, aconteceu, na terça-feira, 21, mais uma jornada da reconversão monetária da Venezuela, em meio de uma greve nacional convocada por sindicatos e pela oposição – que funcionou parcialmente –, em rechaço ao plano de ajustes econômicos propostos pelo governo de Nicolás Maduro.

As medidas tomadas definem que o salário mínimo ficará "ancorado" ao valor do petro, uma criptomoeda criada pelo governo e que, como previsto pelos especialistas, nunca deixou de ser ficção. Cada petro, segundo o presidente, equivalerá a cerca de 60 dólares, com base no preço do barril de petróleo venezuelano. "Fixei o salário mínimo, as aposentadorias e a base dos salários para todas as faixas salariais do país em meio petro, 1.800 bolívares soberanos (a nova moeda que entrou em vigor na segunda-feira, depois de cortar 5 zeros na moeda que estava em vigor)", revelou Maduro em mensagem à Nação. Em bolívares de hoje (os ditos "soberanos"), o salário mínimo passaria a 5,2 milhões (menos de um dólar) para 180 milhões (cerca de 28 dólares).

Este reajuste, de 3.464%, será o quinto do ano. Parece muito, também parece que esses reajustes cobririam a alta dos preços e melhorariam a vida da população. Porém, o salário mínimo, que não é suficiente para se comprar um quilo de frango, é motivo de desespero em um país onde a inflação anual pode atingir 1.000.000% em 2018, segundo o FMI. Maduro que, dentro do que já virou um chavão de vários governos que prometeram mudanças e políticas de desenvolvimento nacional, culpa a ingerência dos Estados Unidos pela crise do país, pretende equilibrar a economia dolarizando os salários de forma oficial. Afinal, o preço do petróleo, em que está ancorado o petro se mede em dólares.

"O aumento de salário anunciado não é mais que um descaramento e uma desfaçatez. A política do governo levou ao fracasso 1.359 empresas estatizadas entre os anos 2005 e 2017. As chamávamos empresas recuperadas, mas acabaram sendo um fracasso e a maior derrota", disse Marcela Máspero, presidente da União Nacional de Trabalhadores da Venezuela. "Os trabalhadores queremos empregos dignos e decentes, queremos seguridade social completa. Não queremos o que está acontecendo hoje nos hospitais públicos onde estão mandando para a rua enfermeiras, operários, funcionários (...)

porque há uma negativa do governo venezuelano à intervenção de emergência humanitária que requeremos em matéria de atenção de saúde", disse durante entrevista para a TV Venezuela.

A adoção de um rígido programa de "disciplina fiscal" é parte da proposta, mas o presidente disse que o Estado assumirá, por 90 dias, a "diferença" do aumento do salário mínimo para todas as "pequenas e médias indústrias do país", sem precisar como.

O plano de ajuste inclui aumentar a níveis internacionais o preço da gasolina – que hoje é praticamente de graça –, a liberação do mercado de câmbio, o aumento do imposto ao valor

agregado de 12% para 16%. Não contém, porém, nenhuma medida que resolva os problemas reais da economia do país que depende da importação em tudo, na alimentação, nos produtos de consumo popular em vestuário, calçado, insumos, produtos eletrônicos, claro. A pouca indústria implantada funciona com 30% de sua capacidade e no plano anunciado inexistem qualquer referência a isso.

Para piorar a situação, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP, a produção da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, quase única fonte de divisas do país, caiu de 3,2 milhões de barris diários (mbd) em 2008 para 1,5 milhões em junho deste ano. A redução continuará até os 1,3 mbd no fim do ano, segundo a consultoria Ecoanalítica, acentuando um déficit que especialistas avaliam em 20% do PIB.

"A burocracia estatal está envolvida no contrabando de extração, para retirar produtos do país, para utilizar as importações, mesmo de alimentos, para beneficiar-se do diferencial cambial com importações fraudulentas, fictícias", explica Gonzalo Gómez, porta-voz do partido "Marea Socialista".

"O preâmbulo a estas medidas é uma Venezuela que, durante o governo do presidente Nicolás Maduro, alcançou a crise mais profunda em muitas décadas. Hiperinflação de recordes históricos; redução da capacidade produtiva da petroleira estatal PDVSA; destruição do aparato produtivo nacional privado e estatal; abandono sistemático do campo e da produção agrícola; enormes gastos em pagamento de dívida que tem limitado a capacidade de compra de alimentos e medicamentos; redução severa das reservas internacionais; pulverização do salário e da capacidade aquisitiva das famílias trabalhadoras; são alguns dos indicadores desta crise sem precedentes", assinala a "Marea Socialista".

Uma parte significativa do movimento sindical, antes hegemonizado por apoiadores ao governo do Partido Socialista Unido de Venezuela, PSUV, convocou a greve contra o pacote chamado de "Madurazo" e se mobiliza em assembleias e reuniões. O Secretário de Organização do Sindicato de Alimentos Polar, Roger Palacios, denunciou que as autoridades optaram recentemente pela "repressão, prisão e exílio para aqueles se negam à extinção econômica da classe trabalhadora e tentam expor este problema em nível internacional. Mas a mobilização contra essa política cresce e o povo se organiza contra essas medidas".

O secretário executivo da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros de Venezuela, Ivan Frites, descreveu as graves dificuldades que a população vive para conseguir alimentos, assim como a emigração massiva da mão de obra melhor qualificada. Revelou o extremo a que chegou a degradação do setor petrolífero, que "trabalha com menos de 20.000 operários que ganham em torno de três dólares ao mês e produzem nove barris de petróleo diários por trabalhador". Em 2000, assegurou, cada operário petrolífero produzia 87 barris diários.

agregado de 12% para 16%. Não contém, porém, nenhuma medida que resolva os problemas reais da economia do país que depende da importação em tudo, na alimentação, nos produtos de consumo popular em vestuário, calçado, insumos, produtos eletrônicos, claro. A pouca indústria implantada funciona com 30% de sua capacidade e no plano anunciado inexistem qualquer referência a isso.

Para piorar a situação, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP, a produção da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, quase única fonte de divisas do país, caiu de 3,2 milhões de barris diários (mbd) em 2008 para 1,5 milhões em junho deste ano. A redução continuará até os 1,3 mbd no fim do ano, segundo a consultoria Ecoanalítica, acentuando um déficit que especialistas avaliam em 20% do PIB.

"A burocracia estatal está envolvida no contrabando de extração, para retirar produtos do país, para utilizar as importações, mesmo de alimentos, para beneficiar-se do diferencial cambial com importações fraudulentas, fictícias", explica Gonzalo Gómez, porta-voz do partido "Marea Socialista".

"O preâmbulo a estas medidas é uma Venezuela que, durante o governo do presidente Nicolás Maduro, alcançou a crise mais profunda em muitas décadas. Hiperinflação de recordes históricos; redução da capacidade produtiva da petroleira estatal PDVSA; destruição do aparato produtivo nacional privado e estatal; abandono sistemático do campo e da produção agrícola; enormes gastos em pagamento de dívida que tem limitado a capacidade de compra de alimentos e medicamentos; redução severa das reservas internacionais; pulverização do salário e da capacidade aquisitiva das famílias trabalhadoras; são alguns dos indicadores desta crise sem precedentes", assinala a "Marea Socialista".

Uma parte significativa do movimento sindical, antes hegemonizado por apoiadores ao governo do Partido Socialista Unido de Venezuela, PSUV, convocou a greve contra o pacote chamado de "Madurazo" e se mobiliza em assembleias e reuniões. O Secretário de Organização do Sindicato de Alimentos Polar, Roger Palacios, denunciou que as autoridades optaram recentemente pela "repressão, prisão e exílio para aqueles se negam à extinção econômica da classe trabalhadora e tentam expor este problema em nível internacional. Mas a mobilização contra essa política cresce e o povo se organiza contra essas medidas".

O secretário executivo da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros de Venezuela, Ivan Frites, descreveu as graves dificuldades que a população vive para conseguir alimentos, assim como a emigração massiva da mão de obra melhor qualificada. Revelou o extremo a que chegou a degradação do setor petrolífero, que "trabalha com menos de 20.000 operários que ganham em torno de três dólares ao mês e produzem nove barris de petróleo diários por trabalhador". Em 2000, assegurou, cada operário petrolífero produzia 87 barris diários.

Uma parte significativa do movimento sindical, antes hegemonizado por apoiadores ao governo do Partido Socialista Unido de Venezuela, PSUV, convocou a greve contra o pacote chamado de "Madurazo" e se mobiliza em assembleias e reuniões. O Secretário de Organização do Sindicato de Alimentos Polar, Roger Palacios, denunciou que as autoridades optaram recentemente pela "repressão, prisão e exílio para aqueles se negam à extinção econômica da classe trabalhadora e tentam expor este problema em nível internacional. Mas a mobilização contra essa política cresce e o povo se organiza contra essas medidas".

O secretário executivo da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros de Venezuela, Ivan Frites, descreveu as graves dificuldades que a população vive para conseguir alimentos, assim como a emigração massiva da mão de obra melhor qualificada. Revelou o extremo a que chegou a degradação do setor petrolífero, que "trabalha com menos de 20.000 operários que ganham em torno de três dólares ao mês e produzem nove barris de petróleo diários por trabalhador". Em 2000, assegurou, cada operário petrolífero produzia 87 barris diários.

Uma parte significativa do movimento sindical, antes hegemonizado por apoiadores ao governo do Partido Socialista Unido de Venezuela, PSUV, convocou a greve contra o pacote chamado de "Madurazo" e se mobiliza em assembleias e reuniões. O Secretário de Organização do Sindicato de Alimentos Polar, Roger Palacios, denunciou que as autoridades optaram recentemente pela "repressão, prisão e exílio para aqueles se negam à extinção econômica da classe trabalhadora e tentam expor este problema em nível internacional. Mas a mobilização contra essa política cresce e o povo se organiza contra essas medidas".

O secretário executivo da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros de Venezuela, Ivan Frites, descreveu as graves dificuldades que a população vive para conseguir alimentos, assim como a emigração massiva da mão de obra melhor qualificada. Revelou o extremo a que chegou a degradação do setor petrolífero, que "trabalha com menos de 20.000 operários que ganham em torno de três dólares ao mês e produzem nove barris de petróleo diários por trabalhador". Em 2000, assegurou, cada operário petrolífero produzia 87 barris diários.

Uma parte significativa do movimento sindical, antes hegemonizado por apoiadores ao governo do Partido Socialista Unido de Venezuela, PSUV, convocou a greve contra o pacote chamado de "Madurazo" e se mobiliza em assembleias e reuniões. O Secretário de Organização do Sindicato de Alimentos Polar, Roger Palacios, denunciou que as autoridades optaram recentemente pela "repressão, prisão e exílio para aqueles se negam à extinção econômica da classe trabalhadora e tentam expor este problema em nível internacional. Mas a mobilização contra essa política cresce e o povo se organiza contra essas medidas".

O secretário executivo da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros de Venezuela, Ivan Frites, descreveu as graves dificuldades que a população vive para conseguir alimentos, assim como a emigração massiva da mão de obra melhor qualificada. Revelou o extremo a que chegou a degradação do setor petrolífero, que "trabalha com menos de 20.000 operários que ganham em torno de três dólares ao mês e produzem nove barris de petróleo diários por trabalhador". Em 2000, assegurou, cada operário petrolífero produzia 87 barris diários.

SUSANA SANTOS

CNN aponta as bombas norte-americanas utilizadas durante genocídio no Iêmen

A bomba usada pela Arábia Saudita "em um ataque devastador sobre um ônibus escolar no Iêmen foi vendida como parte de acordo de venda de armas com o Departamento de Estado dos Estados Unidos para a Arábia Saudita", afirma a rede norte-americana CNN.

A CNN descreve que a bomba modelo MK-82, fabricada por uma das maiores contratadas para fornecimento de armas pelos EUA, Lockheed Martin, pesa 227 quilos e é guiada a laser.

É a mesma que atacou um velório "em outubro de 2016 no qual 155 pessoas foram mortas e centenas de outras ficaram feridas".

Vídeo exibido pela CNN mostra as crianças rindo e conversando instantes antes da explosão.

Segundo ainda a CNN "os EUA diz que não toma decisões acerca dos alvos contra os insurgentes houthis no Iêmen, mas apoia as operações" sauditas.

Apoio que "chega a bilhões de dólares em vendas de armas, reabastecimento dos aviões de combate e algum compartilhamento de inteligência".

A rede reproduz a desculpa do secretário de "Defesa" James Mattis, apelidado de "Mad Dog" (Cachorro Louco): "Vou dizer a vocês que nós os ajudamos a planejar o que chamamos de tipo de alvo, mas não participamos da dinâmica das incursões no lugar deles".

Na reportagem a dor dos que perderam seus entes, crianças que estavam no ônibus na aldeia de Dhahian, é relatada através de um dos pais enlutados, Zeid Al Homran, que "visita a tumba de seus dois pequenos filhos todo dia". "Eu fiquei gritando de raiva e em torno de mim mulheres se atiravam no chão", relatou, "pessoas gritavam o nome de suas crianças. Eu tentei dizer às mulheres que aquilo não podia ser verdade, mas então um homem correu por dentro da multidão gritando que um avião havia bombardeado o ônibus das crianças".

Dos 51 mortos, 40 eram crianças, segundo o ministro da Saúde iemenita, Taha al-Mutawakil. Uma das testemunhas informou que o ônibus foi atingido quando passava por um mercado lotado: "Os corpos estavam espalhados por todo canto. Eu fiquei apavorado".

"Os especialistas em munição declaram que o número e outras indicações em estilhaços da bomba confirmam que a Lockheed foi o fabricante", segue a matéria, que prossegue descrevendo que a porta-voz do Pentágono, Rebecca Rebarich, "declinou de confirmar a procedência da bomba".

"Os EUA tem trabalhado com a coalizão liderada pelos sauditas para ajudar a melhorar procedimentos e supervisionar mecanismos de forma a reduzir perdas civis", disse ela.

Depois do massacre, parlamentares norte-americanos passaram a exigir que os sauditas façam mais para reduzir a morte de civis no Iêmen, na agressão na qual mais de 15 mil iemenitas perderam a vida e uma crise de cólera atingiu dois milhões. Depois disso, segundo a CNN, "o presidente Donald Trump assinou uma norma de despesas militares que inclui uma cláusula requerendo que o Pentágono e o Departamento de Estado se certifiquem de que a Arábia Saudita e a União dos Emirados Árabes, outro membro da coalizão, estão fazendo o bastante para reduzir as baixas civis".

Trump assinou acordo com o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud para suprimento de cerca de US\$ 110 bilhões em armas, ano passado, em Riad, na sua primeira visita de Trump ao exterior após a posse.

John Kirby, porta-voz do Pentágono no governo Obama, perguntado se os EUA teriam a cumplicidade moral nas mortes do Iêmen, respondeu: "O que eu diria a vocês é que os advogados especializados em questões internacionais provavelmente são os melhores a saber sobre isso, não alguém como eu". O cinismo descrito pela CNN é de um horror nauseante: "O embaixador da Arábia Saudita perante a ONU disse que o bombardeio foi 'uma ação militar legítima' e que 'os líderes houthis atingidos eram reponsáveis por recrutar e treinar crianças jovens enviadas por eles aos campos de batalha'".

A matéria da CNN termina dizendo que "o conflito no Iêmen já resultou na maior crise humanitária do mundo, hoje, com mais de 22 milhões de pessoas – três quartos da população – com necessidade desesperada de proteção e ajuda, de acordo com a ONU".

Há que se registrar, porém, que à CNN custou três anos de longo sofrimento desde que a primeira criança foi mortalmente atingida por um míssil americano no Iêmen, até o escândalo da morte das crianças em um ônibus escolar, para empregar seus repórteres e meios de divulgação as denúncias. Um espantoso silêncio que levou a articulista Caitlin Johnstone a escrever para o site Action Alert a matéria: "Faz um ano que a rede MSNBC não escreve sobre a guerra dos EUA no Iêmen", onde mostra levantamento afirmando que, de 17 de março de 2017 a 17 de março de 2018, houve 455 matérias sobre a atriz pornô Stormy Daniels e seu rumoroso affair com Trump, o número de matérias sobre o Iêmen foi zero.

NATHANIEL BRAIA

Irã substitui o dólar pela moeda chinesa yuan nas transações internacionais

O Irã anunciou nesta quarta-feira (22) a substituição do dólar americano pelo yuan chinês, eliminando o dólar de sua plataforma oficial de relatórios de taxas de câmbio, abandonando a moeda dos EUA nas transações comerciais do país.

Em abril de 2018 o Irã já havia substituído o dólar pelo euro em seu comércio exterior, agora, adotou oficialmente o yuan para o comércio internacional.

O Irã vem tomando medidas para equilibrar o mercado de divisas e enfrentar as consequências em sua economia da retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã e mais cinco países europeus.

Há alguns dias o Presidente Donald Trump assinou ordem para que as sanções contra o Irã fossem realizadas em duas

etapas, a primeira entrou em vigor em 7 de agosto e se relacionava com os setores automotivo e o de comércio de ouro e metais preciosos, a segunda etapa se concentraria a partir de 5 de novembro nos setores bancário e de energia e petróleo.

Autoridades iranianas se indignaram com as novas e injustas sanções que prejudicam a economia do país e a vida do povo, assim como não aceitaram as imposições dos EUA para uma possível retomada do diálogo bilateral. Um clérigo iranian, Ahmad Khatami, destacou nesse sentido que "manter negociações nessas condições é inaceitável pois a parte estadunidense já determina o que devemos aceitar. Nesse caso isso não é negociação. Isso é uma ditadura."

RC

7 em cada 10 aposentados argentinos não cobrem despesas com subsistência

Com a cesta básica dos aposentados argentinos está calculada em 21 mil pesos, segundo a Defensoria da Terceira Idade, o equivalente a 2.800 reais, sete de cada dez aposentados não chegam a cobrir as despesas com a sua subsistência.

O diretor da Defensoria, Eduardo Semino, declarou que "os aposentados fazem peripécias para sobreviver ante uma sociedade que tornou na-

tural o fato de que envelhecer é ser pobre".

Com uma inflação acumulada até o final de julho em 19,6% e uma aposentadoria mínima de 8.200 pesos (R\$ 1.066) "ninguém pode viver e estamos falando de um universo de 7 milhões de pessoas", acrescentou Semino.

Neste universo, há ainda 1,3 milhão que recebem as chamadas "aposentadorias contributivas", principalmente

deficientes que perfazem 6.000 pesos mensais, sobrevivendo "em condições de infraconsumo", conforme observa a Defensoria.

Para agravar a situação, nos últimos seis meses os medicamentos não contemplados por assistência social ou de saúde tiveram aumento de 30%.

"O que se faz necessário é uma recomposição imediata das aposentadorias", finalizou Semino.

Trabalhadores uruguaios param por 10% de aumento salarial e elevação do orçamento para a Educação

Exigindo mais recursos para os serviços públicos e melhorias salariais e nas condições de trabalho, os trabalhadores uruguaios, tanto do setor público quanto privado, realizaram uma greve geral nesta quarta-feira (22). O movimento segue o mote de que "Se os trabalhadores estão indo bem, o povo vai bem".

A central sindical do país, a PIT-CNT, reivindica que as empresas públicas e um maior investimento público devem ser os pilares do desenvolvimento industrial. Para que a produção não dependa dos mercados internacionais, as políticas públicas devem fortalecer o mercado interno. A PIT-CNT indica que os salários mínimos devem atingir os 16 mil pesos uruguaios, cerca de 500 dólares – pelo menos 50 dólares a mais do que atualmente. A valorização dos salários não só distribui renda, mas também aumenta a qualidade de vida dos trabalhadores em geral.

O movimento grevista propõe que o orçamento anual do governo para a educação seja, no mínimo, 6% do PIB, que atualmen-

te não atinge os 5%. Para pesquisa a reivindicação é de 1% do PIB.

Para o secretário geral da PIT-CNT, Marcelo Abdala, "a classe trabalhadora é uma força social inevitável para que haja mudanças positivas e se os trabalhadores estão indo bem, o povo vai bem". Para o sindicalista, a movimentação das grandes empresas no Uruguai é para tentar esvaziar as negociações coletivas e, por isso, "este é o momento de defender as negociações coletivas e participar de forma contundente da greve".

A Associação e Federação Rural do Uruguai propôs 0% de aumento para os traba-

lhadores do campo em 2018 e 2019, o que foi fortemente rechaçado por toda a classe trabalhadora do país.

Abdala vê os planos das grandes empresas e das multinacionais como uma "utopia reacionária". "Eles olham para os vizinhos, olham para o Brasil com a reforma Trabalhista de Temer, olham para a Argentina com a desvalorização salarial de Macri, governos do grande capital que sonham não somente em negar as reivindicações dos trabalhadores, mas também eliminar o espaço democrático conquistado com décadas de luta", afirmou.

Diretores da central sindical avaliam resultado da greve

Os diretores da central sindical PIT-CNT, Marcelo Abdala, estão avaliando o resultado da greve geral que ocorreu nesta quarta-feira (22) em Montevideo. Eles afirmam que a greve foi bem-sucedida e que os trabalhadores conseguiram alcançar seus objetivos.

Os diretores da central sindical PIT-CNT, Marcelo Abdala, estão avaliando o resultado da greve geral que ocorreu nesta quarta-feira (22) em Montevideo. Eles afirmam que a greve foi bem-sucedida e que os trabalhadores conseguiram alcançar seus objetivos.

Os diretores da central sindical PIT-CNT, Marcelo Abdala, estão avaliando o resultado da greve geral que ocorreu nesta quarta-feira (22) em Montevideo. Eles afirmam que a greve foi bem-sucedida e que os trabalhadores conseguiram alcançar seus objetivos.

Os diretores da central sindical PIT-CNT, Marcelo Abdala, estão avaliando o resultado da greve geral que ocorreu nesta quarta-feira (22) em Montevideo. Eles afirmam que a greve foi bem-sucedida e que os trabalhadores conseguiram alcançar seus objetivos.

Os diretores da central sindical PIT-CNT, Marcelo Abdala, estão avaliando o resultado da greve geral que ocorreu nesta quarta-feira (22)

Brennan, ex-diretor da CIA, vê 'russos' até embaixo da cama

“Obscurece o que é verdadeiramente sinistro valorizar um ex-diretor da CIA para atacar Trump”, assinalou um dos principais especialistas nas relações entre os EUA e a Rússia desde a década de 1980, o professor emérito da Universidade de Nova York e de Princeton, Stephen F. Cohen, sobre o frenesi de lideranças democratas em abraçar o ex-diretor da CIA, John Brennan, que acusou Trump de “traidor” após a cúpula deste com o presidente russo Vladimir Putin em Helsinque, e cuja credencial irrestrita para acesso à CIA foi cassada pela Casa Branca.

Cohen, que também é colaborador da revista The Nation, lembrou como, desde a década de 1950, com Eisenhower, “todo presidente americano realizou uma ou mais reuniões de cúpula com o líder do Kremlin, em primeiro lugar, para evitar erros de cálculo que poderiam resultar em guerra entre as duas superpotências nucleares. Geralmente, eles receberam apoio bipartidário para isso”.

Como destacou Cohen, a alegação de Brennan foi “sem precedentes”. “Nenhum oficial de inteligência de alto escalão jamais havia acusado um presidente em exercício de traição, ainda mais em conluio com o Kremlin. (As discussões sobre impeachment dos presidentes Nixon e Clinton, para dar exemplos recentes, não incluíram as alegações envolvendo a Rússia.)

Brennan esclareceu sua acusação: “Traição, que é trair a confiança de alguém e ajudar e encorajar o inimigo.” Vindo de Brennan, a acusação estava repleta de implicações alarmantes. “Brennan deixou claro que esperava pelo impeachment de Trump, mas em outro momento, e em muitos outros países, sua acusação sugeriria que Trump deveria ser removido da presidência com urgência por qualquer meio, até mesmo um golpe. Ninguém, ao que parece, chegou a notar essa implicação extraordinária de sua ameaça tácita à democracia americana”.

Para Cohen, a explicação “mais plausível” para o ato de Brennan é que “ele procurou desviar a atenção crescente para o seu papel como o “padrinho” de toda a narrativa da Russiagate”. No discurso de Brennan, todos os americanos são “suscetíveis a mestres fantoches russos” embaixo de suas camas, no trabalho, nos computadores, e em especial ao “Mestre dos marionetes do Kremlin”.

O resultado de intervenção da mídia e dos serviços secretos e seus ventríloquos, como advertiu, “é claro - e não menos ameaçador - criminalizar qualquer defesa de “cooperação com a Rússia”, ou detente, como Trump tentou fazer em Helsinque com Putin. Ainda mais, uma histeria russófoba completa está varrendo o establishment da mídia política americana, de Brennan e - dependendo da evidência real contra ela - aqueles que projetaram a prisão de Maria Butina (imagine como isso ameaça os jovens americanos trabalhando em rede na Rússia) aos senadores preparando agora novas “sanções incapacitantes” contra Moscou e os editores e produtores no Times, Post, CNN e MSNBC”.

Finalmente, houve um tempo em que se poderia contar com muitos democratas, certamente democratas liberais, para resistir a esse tipo de histeria ao invés de espalhar o neomacartismo, afirmou Cohen. Mas os membros democratas do Congresso e dos meios de comunicação pró-democratas estão na vanguarda da nova histeria anti-russa, com apenas algumas exceções. Assim, um historiador geralmente liberal diz aos telespectadores da CNN que “Brennan é um herói americano. Seu mandato na CIA foi impecável. Nós lhe devemos muito”. Em outros lugares, o mesmo historiador garante aos leitores “sempre houve um espírito bipartidário de apoio desde que a CIA foi criada na Guerra Fria”. Na mesma linha, dois repórteres do Post escreveram sobre a “reputação venerada” do FBI.

“Isso é amnésia histórica liberal? É incompetência profissional? Uma pesquisa rápida no Google revelaria o registro “impecável” de Brennan, os crimes do FBI sob e depois de Hoover, bem como a investigação do Comitê Church do Senado em 1975 sobre a grave violação do poder por parte da CIA. Ou o ódio dos liberais por Trump anulou seus próprios princípios? O ditado russo diria: “todas as três explicações são piores”.

EUA: presos de 17 estados fazem greve contra trabalho escravo



Donald e Bill nos bons tempos: “mas que impeachment, que nada...”

Trump, que amava Clinton, que amava Brennan, que amava toda a quadrilha

Está tudo virado. Os democratas, que resistiam na década de 1990 a que Bill Clinton fosse impichado em razão das suas travessuras no salão Oval pelos pudicos republicanos, agora asseveram que as puladas de cerca [supostas?] de Trump com uma playmate e uma atriz de cinema pornô são a razão que faltava para apertar o laço do impeachment no pescoço do presidente bilionário.

Aqueles 300 jornais ficaram em êxtase que o ex-advogado pessoal de Trump, Michael Cohen, depois que teve que se explicar sobre os furos no imposto de renda da empresa de táxi da família, haja se confessado culpado desses pecados e também de ter, sob “direção” do “candidato” - que não nomeou -, feito pagamentos para silenciar as duas mulheres “para influenciar na eleição”.

Cohen foi, durante anos, considerado o quebra-galho de Trump, o advogado responsável por dar nó em pingo d’água do bilionário. Curiosamente, agora o advogado do ex-advogado é um velho amigo da família Clinton, Lanny J. Davis, um veterano da Casa Branca de Bill durante sua defesa contra o impeachment.

Trump reagiu dizendo que Cohen mentiu para con-

seguir um acordo e aconselhou quem precisar de um aconselhamento legal a não procurá-lo. Já quanto a Manafort, que no mesmo dia foi considerado culpado em um caso que nada tem a ver com o Russiagate, que aconteceu mais de dois anos antes da campanha de Trump, mas que visa criar marola, Trump declarou que isso não passa de “caça às bruxas”, “não tem nada sobre a Rússia”.

Realmente, não tem nada sobre o Russiagate, mas como a Ucrânia seria interesse do Putin, então para a mídia e a CIA, está tudo interligado. É verdade que Manafort foi marqueteiro de Viktor Yanukovich, que se elegeu, e que ganhou uma grana, escondeu do fisco em paraísos fiscais - deve ser caso único em Washington - e mentiu para arrumar empréstimos. Mas se for para investigar todo mundo que se lambuzou na ex-União Soviética, nos anos dourados das privatizações, não vai sobrar um daquele alegre bonde do Bill Clinton e seu “resgate de Yeltsin”. Era Clinton que estava no governo, não era? Até anistuiu, antes de deixar o poder, um amigo milionário em necessidade.

O pessoal do The Duran

fez um levantamento das manchetes mais inspiradas sobre a tempestade em Washington. CNN: “Dois dramas do tribunal deixam a presidência Trump em momento de angústia”. New Yorker: “Com as condenações de Manafort e Cohen, o presidente Trump foi implicado em uma conspiração criminoso”. Washington Post: “Michael Cohen diz que trabalhou para silenciar duas mulheres ‘em coordenação’ com Trump para influenciar a eleição de 2016.” E o melhor de todos: NYT, com “Cohen, Manafort e Trump: o que vem a seguir?”.

De volta o The Duran: “Sem dúvida, vamos direto aqui. Está errado - há lições para aprender a partir de hoje: nunca mentir conscientemente para o FBI. Não mentir sobre um pedido de empréstimo bancário, nunca, nunca cometer fraude bancária. Pague seus impostos”. “Mas, precisamos de Robert Mueller para isso?”

Está valendo tudo para ver se influencia nas eleições intermediárias de novembro, com o Congresso como prêmio. Ao que parece, numa coisa o establishment e Trump não discordam: “faça grande de novo o circo americano”.

A.P.

2,2 milhões de encarcerados estão disponíveis como mão de obra quase gratuita às corporações, que pagam de 20 cents a 1 dólar a hora. O salário mínimo, congelado há 10 anos, está em US\$ 7,25

Para protestar contra o trabalho escravo nas prisões dos EUA e as condições desumanas, detentos em vários presídios federais e estaduais iniciaram uma greve de três semanas, em resposta à recente rebelião no centro correccional de Lee, na Carolina do Sul, onde sete detentos - seis deles negros - foram mortos e outros 17 ficaram feridos em abril.

Os EUA são o país com a maior população carcerária do planeta, mais de 2,2 milhões de pessoas, desproporcionalmente negras, o que por si só é uma confissão de racismo e mal disfarçada prevalência de apartheid. Sendo 13% da população dos EUA, os negros são 37% da população carcerária, resultado evidente da política racista de encarceramento em massa.

As entidades Advogados de Cárcere Falam, Comitê de Trabalhadores Presos da União Internacional Industrial e a União Americana pelos Direitos Civis (ACLU) estão apoiando a manifestação, assim como a escritora Heather Ann Thompson, vencedora do Prêmio Pulitzer pelo livro sobre a mais famosa revolta prisional dos EUA, Atica, durante o governo Nixon.

Devido ao caráter compulsório e paga mínima, o trabalho prisional nos dias de hoje EUA não passa de escravidão moderna, denunciam as entidades e os presos. É por isso que exigem “fim imediato à escravidão nas prisões”, acrescentando que todas as pessoas presas em qualquer lugar de detenção sob jurisdição dos Estados Unidos “devem receber o salário prevalente em seu estado ou território por seu trabalho”.

Não é a primeira vez que a questão vem à tona. A jurista norte-americana Michelle Alexander, autora de “A Nova Segregação - Racismo e Encarceramento em Massa”, assinalou como após a Guerra Civil (1861-1865), quando os escravos foram libertos, surgiu um sistema de “arrendamento de condenados, em que negros eram presos por crimes insignificantes, como vadiagem e embriaguez, e obrigados a trabalhar em plantations, às vezes as mesmas das quais tinham sido libertados”.

É que a 13ª Emenda, a que libertou os escravos, possivelmente para apaziguar o Congresso racista que se dobrou à luta do grande Lincoln, incluiu o trabalho sem remuneração em caso de prisão - ou foi assim que foi interpretado.

Questão sensivelmente registrada no documentário “13ª Emenda”, em que a autora, a cineasta Ava DuVernay, de “Selma”, compara as atuais mortes de negros desarmados aos linchamentos dos anos das leis Jim Crow, e a persistência da segregação, travestida de encarceramento em massa a partir dos anos 1980, quando, em função da profundidade da luta pelos direitos civis, se tornou impossível sustentar o racismo das mesmas formas de antes.

O racismo teve que recuar, e se assanhar como defesa da “lei e da ordem”, da “guerra às drogas”, cujos antagonistas eram, claro, a gente de cor, os pobres, os latinos. Foi assim que, entre 1983 e 2000, a taxa de encarceramento de negros foi multiplicada por 26, enquanto a de brancos aumentou oito vezes. Desde 1980, segundo Alexander, 31 milhões de americanos - “90% negros ou latinos” - foram presos como parte da “guerra às drogas”.

O que não teria sido possível se aliados da luta pelos direitos civis, como setores democratas, no caso o governo Bill/Hillary Clinton, não tivessem legalizado o discurso contra os “superpredadores” ou “os bebês do crack”.

O racismo era tão descarado, que a legislação estabelecia um fator de punição de 100 para 1, caso a droga apreendida se tratasse de crack (droga de negro pobre) ou cocaína (droga predileta de Wall Street). A população dos presídios foi multiplicada por cinco em algumas décadas. E as prisões privadas de detenção, que surgiram na guerra às drogas, servem agora de armazéns de imigrantes até a deportação.

A greve em nível nacional dos detentos norte-americanos chama a atenção para o uso do imenso contingente de presos - o maior do mundo - para fornecer mão de obra quase de graça e praticamente sempre à disposição, já que, se o detento recusa, vai para a solitária, onde fica por 23 horas diárias em isolamento.

Nos chamados ‘empregos institucionais’ - na cozinha, lavanderia ou zeladoria da prisão - os detentos nada recebem em muitos estados e, em outros, não mais que um dólar por dia. Os ‘empregos industriais’ - ou seja, em oficinas ou call centers nas prisões, são geralmente pagos por hora, com salários a partir de 20 centavos por hora, até US\$ 1,15 quando o salário-mínimo, congelado há quase uma década, está em US\$ 7,25 a hora, e os sindicatos pedem que seja reajustado para o dobro, US\$ 15. Em suma, um maná para as empresas e os administradores que fazem os acertos.

AUTOFISCALIZAÇÃO

Outro aspecto posto em pauta pela manifestação é a reformulação da legislação de Clinton que restringiu enormemente a capacidade dos presos de questionarem erros do sistema judicial, que determina que sejam esgotadas todas as vias ‘internas’ - ou seja, a própria instituição é que se autofiscaliza. Para não falar de casos como a condenação de inocentes, como os “Três de Angola”. Os presos também pedem a revogação das leis estaduais arbitrárias, as chamadas “três ataques”, em que se o réu tiver três condenações, mesmo que por um crime menor, fica sujeito à prisão perpétua. (Haveria uma penalidade mais conveniente para o dono de uma prisão privada?)

As datas escolhidas para o início e o final da greve são altamente simbólicas. Em 21 de agosto de 1971, o Pantera Negra preso George Jackson foi assassinado por guardas na prisão de San Quentin, na Califórnia, após suposta tentativa de fuga. Em 9 de setembro do mesmo ano, os detentos da prisão estadual de Attica, em Nova York, organizaram uma revolta contra as condições brutais que enfrentavam. Rebelião esmagada quatro dias depois, sob ordens do governador Nelson Rockefeller, com 29 presos mortos pela polícia. Para o diretor da ACLU, Udi Ofer, que expressou o apoio da principal entidade de direitos civis dos EUA, “nosso país é mais forte quando as pessoas mais marginadas e diretamente afetadas por políticas injustas, levantam suas vozes em sinal de protesto e exigem um futuro diferente”.

ANTONIO PIMENTA

Diálogo intercoreano começa retirada de postos de fronteira

O governo da Coreia do Sul através do Ministério da Defesa anunciou nesta quarta-feira (22) que o Exército retirará uma parte dos postos de guarda na área de fronteira da Coreia do Sul com a RPDC - República Popular Democrática da Coreia, como foi acordado nas conversações militares de alto nível entre o Norte e o Sul.

“Mas a medida é provisória, é uma tentativa de pôr em prática o acordo entre os militares de alta patente para que sejam retirados os postos de guarda dentro da zona desmilitarizada (DMZ) que divide a Península Coreana. É experimental e poderá voltar a aumentar o número de postos militares de controle na região de fronteira”, afirmou o Ministro da Defesa sul-coreano, Song Young Moo em uma reunião na Comissão de Defesa Parlamentar em Seul.

Esse acordo entre as duas partes coreanas foi firmado em finais de julho. Nessa reunião foi acordado também que as duas partes desarmarão a

Zona de Segurança Conjunta (JSA) dentro da cidade fronteiriça de Panmunjom e trabalharão de forma conjunta na escavação local na busca dos restos mortais dos soldados falecidos durante a Guerra da Coreia (1950-1953).

O Chefe da Defesa sul-coreano explicou que os exércitos das duas partes retirarão primeiramente os postos de guarda situados a menos de um quilômetro de casa lado e os mais próximos, a 700 metros, depois.

Tais atos concretizam em parte a Declaração de Panmunjom firmada pelos presidentes Kim Jong Un, da RPDC - República Popular Democrática da Coreia e Moon Jae-in, presidente da Coreia do Sul. Os dois presidentes concordaram em fazer o máximo possível para diminuir as tensões militares e transformar a DMZ numa zona pacífica assim como a fronteira marítima também deverá ser transformada numa zona marítima de paz.

ROSANITA CAMPOS



Heiko Mass, ministro de Relações Exteriores do governo de Angela Merkel

Alemanha quer sistema de pagamento global independente dos Estados Unidos

O ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Mass, falou sobre um novo sistema de pagamentos que seja completamente independente dos EUA. Esse novo sistema poderia ser uma forma de resgatar o Acordo Nuclear com o Irã. Atropelando anos de discussão e a vontade de diversos países, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu por recolocar sanções contra o Irã.

Para Maas, porém, é vital que o acordo nuclear com o Irã seja mantido. “Todos os dias que o Acordo continua existindo é melhor do que a crise altamente explosiva que ameaça o

Orientes Médio”, disse.

Um empecilho para que a Europa, de maneira geral, possa optar se acata ou não as sanções norte-americanas é o sistema Swift. Com sede na Bélgica, o Swift é uma plataforma para transações financeiras, da qual, apesar de na teoria ser independente dos conflitos políticos mundiais, os EUA já utilizaram para impor sanções.

“A Europa não deve permitir que os EUA ajam sobre nossas cabeças e às nossas custas. Por isso é essencial fortalecer a autonomia europeia, estabelecendo canais de pagamento

independentes dos EUA, criando um Fundo Monetário europeu e um sistema de Swift independente”, afirmou o ministro Heiko.

Além deste, o governo alemão tem levado a frente outros planos que não agradam tanto o presidente Trump. É o caso do gasoduto Nord Stream 2, que está sendo construído em conjunto com a Rússia e transportará 55 bilhões de metros cúbicos de gás russo diretamente para a Alemanha.

A China e a Rússia têm se movimentado contra o unilateralismo e o autoritarismo estadunidense em relação ao Irã.

Getúlio: “Meu nome será a vossa bandeira de luta”

Não é, naturalmente, a primeira vez que publicamos a carta-testamento do presidente Getúlio Vargas. A última vez foi na edição de 27/08/2010.

Na passagem dos 64 anos de seu martírio, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954, resolvemos, outra vez, reproduzir o maior

libelo da História do Brasil.

A introdução que segue, também foi escrita para a edição de 2010. Pela atualidade de vários aspectos – e porque, provavelmente, não conseguiríamos dizer melhor o que dissemos então - resolvemos conservá-la.

C.L.

No início de agosto de 1954, tudo indicava que o governo do presidente Getúlio Vargas havia derrotado a conspiração golpista que começara antes mesmo de sua posse (a quatro meses das eleições presidenciais, Carlos Lacerda escreveu em seu jornal, a Tribuna da Imprensa: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”).

Em junho, uma tentativa de impeachment não conseguiu o apoio nem ao menos de toda a UDN – fora derrotada por 136 votos contra e 35 votos a favor.

Mas, em 5 de agosto, os golpistas conseguiram um cadáver, o de um major que fazia a segurança de Lacerda – e uma farsa, a história de um suposto atentado contra Lacerda, hoje completamente insustentável, após o trabalho dos repórteres Palmério Dória e Hamilton Almeida Filho (“**Mataram o Presidente!**”, Editora Alfa-Omega, 1978) e do pesquisador Ronaldo Conde Aguiar (“**Vitória na Derrota – A Morte de Getúlio Vargas**”, Ed. Casa da Palavra, 2004). Para uma síntese, ver HP, 28/08/2005.

No dia 24 de agosto, o presidente Getúlio sacrificava sua vida – e sua carta-testamento se tornaria o documento mais importante, mais candente e mais profundo de toda a História do Brasil. É este texto que hoje republicamos.

Getúlio havia explicitado a posição que posteriormente nortearia seu governo em maio de 1947, discursando no Senado. Disse ele:

“O que existe por parte de alguns homens em nosso país, arvorados em líderes da economia nacional, é apenas um acentuado complexo contra o trabalhador brasileiro. Achem que ele não deve ser operário nas fábricas, que o Brasil não deve ter indústria, que é indispensável destruir toda e qualquer possibilidade de trabalho fora dos campos. O Brasil, no conceito desses homens, deve ser uma nação essencialmente agrícola. O operário deve mudar de profissão, pelo que pretendem, ou então voltar ao regime de escravidão”.

Durante a campanha eleitoral, tornou mais nítidos os seus pontos de vista. Em 10 de agosto de 1950, discursaria em São Paulo:

“O que existe, defendida intransigentemente pelos velhos partidos, com novos rótulos, é a democracia política, baseada em leis que lhe asseguram o gozo de privilégios para oprimir e explorar o trabalho alheio. O trabalhismo brasileiro surgiu, assim, como uma afirmação contra a máquina montada em nome da liberdade política, com sacrifício da igualdade social”.

A questão fundamental era clara para ele há muito tempo. Em 1944, ao se referir às relações econômicas com os EUA no pós-guerra, havia enunciado:

“Não podemos admitir a hipótese de que terminada a guerra e depois de tantos sacrifícios venham a persistir nas relações entre os povos os mesmos processos condenáveis de dominação econômica. (...) E nem vale a pena pensar em que desorganização caótica, de revoluções e perturbações, mergulhará o mundo de novo se não for ouvida a voz da razão e não nos convenceremos de que não é possível a hegemonia de nenhum povo ou raça, isoladamente, sobre os demais”.

A eleição, além da vitória esmagadora de Getúlio, confinou a UDN a três governos estaduais - Alagoas, Mato Grosso e Paraná. Num quarto, o Pará, a UDN venceu em coligação com o PSP, de Ademar de Barros,



que apoiava Getúlio.

Apesar disso, a campanha golpista começou logo em seguida – para isso, funcionava no Rio de Janeiro o “Escritório Monsen”, uma suposta empresa de advocacia pertencente à Standard Oil, que tinha como um de seus principais membros o genro do diretor da Hollerith, uma subsidiária da IBM.

A questão, confessada depois pelo próprio Lacerda e por Eugênio Gudín – o mais notório defensor da nossa suposta “vocação agrícola” - era impedir que a política de Getúlio se tornasse “permanente”, se consolidasse como o programa do Estado e da Nação brasileira naquela nova fase da nossa história.

Para isso, a conspirata seguiu por três lados: a tentativa de isolar o governo das Forças Armadas; a tentativa de privar Getúlio de qualquer órgão de comunicação com o povo; e a tentativa de isolá-lo do empresariado nacional.

O primeiro episódio não poderia ser mais claro sobre o caráter dos golpistas: a campanha contra o ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, por sua oposição a que o Brasil enviasse tropas para ajudar os EUA na agressão à Coreia. Em dezembro de 1951, o presidente decidiu, definitivamente, que o Exército Brasileiro não iria coadjuvar a agressão.

No mesmo mês, Getúlio enviou ao Congresso o projeto inicial de criação da Petrobrás. Isso iniciaria dois anos de luta pela aprovação.

Em 31 de dezembro de 1951, o presidente denunciou a escandalosa remessa de lucros das empresas estrangeiras. Logo em seguida, a 3 de janeiro de 1952, ele assinaria um decreto limitando em 10% dos lucros as remessas para o exterior. Os EUA, imediatamente, ameaçaram suspender todos os financiamentos ao Brasil. Mas o presidente manteve o decreto.

Enquanto isso, a oposição dos militares brasileiros a que fossem morrer pelos norte-americanos na Coreia e seu apoio à Petrobrás foram tachados de “comunistas”. A questão era atrair, neutralizar e intimidar oficiais com essa cruzada, para fazer com que o Ministério da Guerra ficasse em mãos cada vez menos firmes – em 1952, Estillac Leal saiu do ministério.

Era impossível, no entanto, derrubar o governo sem isolá-lo do povo, portanto, tentar destruir o único jornal com que Getúlio contava, a “Última Hora”, de Samuel Wainer.

Em abril de 1953, Lacerda publicou uma acusação falsa, a de que Wainer não havia nascido no Brasil: a Constituição de 46 proibia a propriedade de órgãos de comunicação por estrangeiros ou brasileiros naturalizados. O serviços do escritório da Standard Oil acusavam Wainer de ser... estrangeiro.

Em seguida, a acusação passou a ser a de que o jornal tinha obtido créditos bancários para se viabilizar. Exigiam da empresa que fosse a única no mundo a sobreviver sem empréstimos. Por fim, acusavam o governo de favorecer o jornal. Com sua falta de escrúpulos, Lacerda inventou um crédito de Cr\$ 300 mil que teria sido concedido pelo Banco do Brasil ao “Última Hora” sem que Wainer tivesse que pagá-lo. Além



O presidente Getúlio Vargas durante evento do Dia do Trabalho no estádio São Januário, em 1941

disso, um aval cambial para importação de papel de imprensa, que o BB estava, por lei, obrigado a conceder, foi chamado de “empréstimo”.

No entanto, a “Última Hora” era o jornal que devia menos ao BB – a dívida executável era de 8 mil cruzeiros. Já os “Diários Associados”, de Chateaubriand, deviam Cr\$ 162 milhões ao BB; “O Globo”, somente nos dois anos anteriores, tinha obtido US\$ 1.022.211,00 do BB em sucessivos empréstimos, dando sempre como garantia uma mesma velha impressora, e sem quitar durante esse período sequer o primeiro desses empréstimos. O próprio jornal de Lacerda, insignificante quanto à tiragem, era devedor do BB.

O próximo alvo foi o Ministério do Trabalho, encabeçado por João Goulart.

A 8 de março de 1953, o “The New York Times” iniciou, em editorial, a campanha contra Jango, mais jovem ministro da História da República, logo copiada pela imprensa golpista interna.

Em seu primeiro ano de governo, Getúlio havia aumentado o salário mínimo – que ficara sem nem ao menos reajuste durante oito anos - de 380 cruzeiros para 1.200 cruzeiros. Agora, na iminência de outro aumento, a ser concedido em maio de 1954, foi inventada uma peculiar teoria, segundo a qual o aumento não poderia ultrapassar a inflação, isto é, não poderia haver aumento real, sob pena do empresariado ir à falência.

Diante da gritaria que conseguiu envolver setores do empresariado e alguns militares de prestígio - o chamado “manifesto dos coronéis” -, Jango resolveu demitir-se para privar a conspiração de um alvo e impedir que o governo fosse paralisado. Mas o aumento de 100% foi decretado no dia 1º de maio de 1954 - e nenhuma empresa faliu por causa dele. Pelo contrário, representou a expansão do mercado interno para essas empresas.

Nesse primeiro de maio, olhando para algumas décadas mais tarde, Getúlio afirmou:

“Constituído a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo. A satisfação dos vossos reclamos, as oportunidades de trabalho, a segurança econômica para os vossos dias de infortúnio, o amparo às vossas famílias, a educação dos vossos filhos, o reconhecimento dos vossos direitos, tudo isso está ao alcance das vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade. Trabalhadores, meus amigos! Com consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter”.



Getúlio Vargas, com dois dos primeiros funcionários da Petrobrás, Eugênio Antonelli (esq.) e Yvan Paes Barreto - Banco de Imagens da Petrobrás

Carta-testamento

GETÚLIO VARGAS

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

“Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Inicie o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Ele-

trobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

“Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

“Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre ao vosso

lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”